



PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

RELATÓRIO DE PROGRESSO TÉCNICO-FINANCEIRO

Período: janeiro a junho de 2024

Brasília, janeiro de 2025

Elaboração e Revisão

Elaboração - Conservação Internacional Brasil

Laura Lamonica	Diretora de Soluções para o Clima
Michele Rocha	Gerente de Projeto
Neila Ma. Cavalcante da Silva	Gerente de Políticas para Conservação
Cintia Segadas	Gerente de Aquisições e Contratações
Maria Eliene Cruz	Coordenadora de Monitoramento
André Lemes	Coordenador de Finanças
Italo do Ó Ferreira	Coordenador Técnico Acre
Leuzabeth Silva	Coordenadora Técnica ICMBio e SFB
Fagner Richter	Coordenador Técnico Rondônia
Renato Rodrigues	Coordenador Técnico Pará
Ana Navarrete	Coordenadora de Comunicação
Lígia Ribeiro	Especialista em salvaguardas
Symone Falcão	Assistente de Projeto

Elaboração – FUNBIO

Clarissa Scofield Pimenta	Gerente de Portfólio, Doações Nacionais e Internacionais
Fábio Ribeiro Silva	Gerente de Projetos
André Lemos	Assistente de Projetos
Fernanda Estrella	Assistente de Projetos
Marilene Viero	Coordenadora de Controle Financeiro de Projetos
Mayara Bernardes	Analista de Controle Financeiro de Projetos
Vitor da Silva Vieira	Assistente de Controle Financeiro de Projetos

Elaboração - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Francisco Eduardo Torres de Sá	Gerente Geral
Giuliano Marchini Senatore	Gerente Técnico
Cleber Lima Guarany	Gerente Estratégico
Mauricio Wanderley E. da Costa	Gerente de Aquisições e Contratações
Marcus Vinicius de Oliveira Mendes	Gerente de Projeto, Monitoramento e Avaliação
Yves Wanderley E. da Costa Netto	Coordenador de Compras
Tathiana Pereira Cabral	Coordenadora de Contabilidade
Jessica Sampaio Gonçalves	Coordenadora de Unidade Operativa
Sara Amaro Pais	Coordenadora de Comunicação
Conrado Parreiras Horta Vieira Leal	Coordenador Administrativo-Financeiro
Leonardo José Melo Brandão	Assessor Jurídico

Andréa Cardoso Maurício Valente
Fabiola dos Santos Mendes

Assistente de Compras
Especialista em Salvaguardas

Revisão - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Rita de Cássia Guimarães Mesquita	Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais
Carlos Eduardo Marinello	Chefe de Gabinete da SBIO
Tiago Thomasi Cruz	Chefe de Projetos do Gabinete da SBIO
Renata Carolina Gatti	Chefe de Projetos II do Depto. de Áreas Protegidas
Márcia Nogueira Franceschini	Analista Ambiental do Depto. de Áreas Protegidas
Henrique Santiago Alberto Carlos	Coordenador Técnico do Projeto
Fabiana Mauro	Coordenadora de Comunicação do Projeto
Fabiana Sousa	Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Sumário

Elaboração e Revisão	2
Sumário	4
Lista de Siglas	5
Lista de Figuras	9
Lista de Quadros	11
1. Apresentação	13
2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2024/01)	14
3. Desempenho Financeiro no Semestre (2024/01)	20
Recursos de doação do GEF	20
Contrapartida	27
4. Indicadores e Resultados Acumulados	29
Componente 1	29
Componentes 2 e 3	30
Componente 4	32
5. Descrição do Desempenho no Semestre (2024/01)	34
Componente 1 - Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia	34
Componente 2 - Gestão Integrada da Paisagem	35
Componente 3 - Políticas Públicas para promoção da Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Vegetação Nativa	46
Componente 4 - Coordenação de Projetos, Capacitação e Cooperação Regional	51
6. Comunicação	58
Estratégia de comunicação integrada	58
7. Salvaguardas Socioambientais	63
8. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto	68
9. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto	69
10. Lições Aprendidas	71
11. Próximos Passos	73
12. Anexos	75

Lista de Siglas

AAEPRI – Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati

AANE – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

ACFRC – Associação das Famílias da Casa Familiar do Município de Carauari

AMAB – Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá

AMARU – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari

AMECSARA – Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo

APA – Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ASL – *Amazon Sustainable Landscapes*, em português Paisagens Sustentáveis da Amazônia

ASMAMJ – Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá

ASPODEX – Associação do Povo Deni do Rio Xeruã

ASPROC – Associação dos Produtores Rurais de Carauari

ASTRUJ – Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBC – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Restauração Ecológica

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CFT – Comitê do Fundo de Transição

CI-Brasil – Conservação Internacional Brasil

CIB - Comissão Internacional da Baleia

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CODAEMJ – Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá

CONJUR – Consultoria Jurídica

COP – Comitê Operativo do Projeto

COP – Conferência das Partes

DAP – Departamento de Áreas Protegidas

DCBIO – Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

DEA – Departamento de Educação Ambiental

DFLO – Departamento de Florestas

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAUC – Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação

FERS – Floresta Estadual de Rendimento Sustentado

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FLONA – Floresta Nacional

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FT – Fundo de Transição

FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

GEF – *Global Environment Facility*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

IFR – *Interim Financial Report*, em português Relatório de Avanços Físico e Financeiro

IMA – *Integrated Management Areas*

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

MBRN – Mosaico do Baixo Rio Negro

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MR – Marco Referencial

MSQ – Mecanismo de Sugestão e Queixa

NGI – Núcleo de Gestão Integrada

ODP – Objetivos de Desenvolvimento do Projeto

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OG – Órgão Gestor

ONU – Organização das Nações Unidas

PIQCTs – Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Planaveg – Plano Nacional de Vegetação Nativa

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA – Planejamento Operativo Anual

PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PRA – Programa de Regularização Ambiental

PRADA – Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada

Proveg – Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa

PRVN – Plano de Restauração da Vegetação Nativa

RA – Restauração Ativa

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Resex – Reserva Extrativista

RFID – Radio Frequency *Identification*

RL – Reserva Legal

RNA – Regeneração Natural Assistida

RA – Recuperação Ativa

SAF – Sistema Agroflorestal

SBIO – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

TCA – Termo de Compromisso Ambiental

TdR – Termo de Referência

TI – Terra Indígena

TIRG – Terra Indígena Rio Guaporé

TNC – *The Nature Conservancy*

UC – Unidade de Conservação

UCP – Unidade de Coordenação do Projeto

UEP – Unidade Executora do Projeto

UNEP – *United Nations Environment Programme*, em português Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, em português Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UO – Unidade Operativa

USAID – Serviço Florestal Americano no Brasil

WWF – *World Wildlife Fund*

Lista de Figuras

Figura 1: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2023	15
Figura 2: Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2024/2025 (até junho/2024), em milhões de reais	16
Figura 3: Execução financeira no primeiro semestre de 2024 por componente	17
Figura 4: Execução semestral do Programa ARPA, de 2014 a 2024	20
Figura 5: Execução financeira do 1º semestre de 2024	22
Figura 6: Execução financeira semestral por UO e UCP	22
Figura 7: Execução por componente no 1º semestre de 2024	23
Figura 8: Imagem ilustrativa da ferramenta Monday	23
Figura 9: Desempenho global por componente 1, 2, 3 e 4	24
Figura 10: Resumo da execução financeira por categoria de gasto	25
Figura 11: Alcance dos indicadores no 1º semestre de 2024	31
Figura 12: Diagnóstico piloto em uma comunidade do acordo de pesca do Rio Mamori – Amazonas	36
Figura 13: Oficinas de formação para credenciamento de Agentes Ambientais Voluntários	37
Figura 14: Curso de boas práticas de manejo da Castanha-do-Brasil e borracha natural - Amazonas	38
Figura 15: Oficina sobre mídias sociais para a promoção da cadeia produtiva de sementes – Acre	39
Figura 16: Reuniões para levantamento e validação de dados na TI Rio Guaporé e na Resex Estadual do Rio Cautário - Rondônia	40
Figura 17: Realização de consultas, etnomapeamento e etnozoneamento na APA Tapajós - Pará	41
Figura 18: Guia do participante para a elaboração do plano de gestão da Resex Alto Juruá - Acre	41
Figura 19: Produção de mudas no viveiro da floresta e na biofábrica - Acre	42
Figura 20: Realização de atendimento e plantio nas propriedades que aderiram ao projeto de recuperação no Amazonas	43
Figura 21: Mapa de localização das áreas de SAF implantadas na Resex Chico Mendes - Acre	44
Figura 22: Análise de cadastros e atendimentos aos proprietários/possuidores de imóveis rurais – Acre	47

Figura 23: Distribuição dos cadastros de imóveis rurais analisados de 51 municípios em quatro regiões de integração: Rio Capim, Lago de Tucuruí, Baixo Amazonas e Rio Araguaia	48
Figura 24: Oficina de Integração entre SBIO e o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania realizada no dia 12 de março de 2024	59
Figura 25: Código QR para formulário do Kobotoolbox	62

Lista de Quadros

Quadro 1: Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação	14
Quadro 2: Alcance dos indicadores em junho de 2024	17
Quadro 3: Evolução do POA 1 (Fase 2)	19
Quadro 4: Resumo das atividades do POA 4 (Fase 1)	23
Quadro 5: Desempenho do plano operativo anual 1 da Fase 2	24
Quadro 6: Recursos Gastos por Categoria de Despesas - 1º semestre/2024	26
Quadro 7: Recursos Gastos por Categoria de Despesas - Acumulado	26
Quadro 8: Execução financeira do período por UO	26
Quadro 9: Status da execução de Contrapartida por UO até 06/2024 (Fase 1)	27
Quadro 10: Contrapartida executada por UCP/UO e UEP (Fase 2)	27
Quadro 11: Contrapartidas Floresta + (Fase 2)	28
Quadro 12: Contrapartidas Fases 1 e 2	28
Quadro 13: Detalhamento da análise de melhoria de gestão das UCs, conforme aplicação da FAUC em 2017 e 2023	29
Quadro 14: Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados	31
Quadro 15: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de conservação	37
Quadro 16: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de cadeias produtivas	40
Quadro 17: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de gestão de UCs	42
Quadro 18: Quantitativo total de famílias e área implantada por comunidade	44
Quadro 19: Ações de restauração do POA 4 da Fase 1 em processo de planejamento	45
Quadro 20: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de restauração	46
Quadro 21: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de concessão florestal	49
	11

Quadro 22: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de instrumentos de políticas públicas _____	49
Quadro 23: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de monitoramento de áreas em recuperação _____	50
Quadro 24: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para promoção e participação em eventos, capacitação e intercâmbio _____	53
Quadro 25: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para atividades de gestão _____	56
Quadro 26: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para comunicação integrada _____	57
Quadro 27: Proposta de monitoramento de salvaguardas socioambientais _____	63
Quadro 28: Envio e preenchimento da Lista de Verificação Socioambiental _____	64
Quadro 29: Especificações e Termos de Referência Revisados _____	66

1. Apresentação

O presente Relatório de Progresso Técnico-Financeiro do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia Brasil (Projeto ASL Brasil) contempla as atividades realizadas e os resultados obtidos no período de janeiro a junho de 2024 das Fases 1 e 2. Elaborado com a colaboração de diversas instituições e parceiros envolvidos no projeto, o documento reflete o compromisso coletivo em promover a conservação ambiental, a gestão sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades amazônicas.

Este relatório consolida informações sobre a execução das ações planejadas, os avanços nos indicadores de desempenho e os desafios enfrentados. Além disso, destaca os esforços para aprimorar as estruturas de governança, de comunicação e para fomentar práticas de restauração ecológica e integrar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

Participaram da construção deste relatório as Unidades Operativas (UOs) do Projeto – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA-AC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA-AM), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS-PA), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – responsáveis pela relatoria das atividades desenvolvidas, aprovação de produtos e reporte de indicadores conforme requisitos de validação de dados acordados, as Unidades Executoras (UEs) do Projeto – Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Fundação Getulio Vargas (FGV) – responsáveis pela sistematização das informações recebidas das UOs e redação do relatório e a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), alocada na Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SBIO/MMA) – responsável pela revisão e unificação do relatório.

Esperamos que este documento sirva como um instrumento de transparência e prestação de contas, bem como uma fonte de aprendizado para as próximas etapas de implementação do projeto.

2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2024/01)

O componente 1 da Fase 1 apoia a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que é um programa do Governo Federal iniciado em 2002, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que se encontra em sua Fase III. Esta fase é caracterizada por uma estratégia financeira que conta com um Fundo de Transição (FT), em que os recursos de doação são gradativamente substituídos por outras fontes até 2039. Dois terços dos recursos do ASL para o componente 1 na Fase 1 (US\$ 20 milhões) já foram aportados no Fundo de Transição. O componente é executado pelo FUNBIO, sob coordenação do Departamento de Áreas Protegidas do MMA.

O Programa ARPA apoia atualmente 120 Unidades de Conservação (UCs), que somam 62,1 milhões de hectares. A implementação do ARPA é pautada pelo estabelecimento de metas de consolidação, em que uma UC consolidada é aquela dotada de estrutura mínima de gestão que garanta sua integridade no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que possa cumprir as finalidades para as quais foi criada. A estrutura mínima de gestão de consolidação está dividida em graus I e II, sendo que UCs de Grau I recebem apoio para 7 Marcos Referenciais (MRs) enquanto UCs Grau II recebem para 12 MRs.

Quadro 1: Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação

Marcos Referenciais alcançados Grau I	Marcos Referenciais alcançados Grau II	Grau de Consolidação
0 a 1	0 a 3	Muito Baixo
2 a 3	4 a 6	Baixo
4	7 a 9	Médio
5 a 6	10 a 11	Alto
7	12	Consolidada

Fonte: Elaborado por FUNBIO

Para monitorar o avanço das UCs em termos de consolidação, é empregada a Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC), uma ferramenta específica do Programa ARPA que permite aferir periodicamente os avanços, eventuais retrocessos e orientar as ações em prol da consolidação das UCs. A FAUC é preenchida anualmente. Este relatório apresenta os dados referentes à FAUC 2023, uma vez que a FAUC 2024 está em fase de processamento dos dados reportados pelas UCs e avaliação para determinar o nível de consolidação. Portanto, ele contempla exclusivamente as informações e métricas reportadas nas edições anteriores. Quando a consolidação dos dados de 2024 for finalizada, esses resultados serão incorporados no relatório do próximo semestre.

As informações mais recentes demonstram que o Programa ARPA tem sido efetivo no apoio à ao processo de consolidação das UCs amazônicas¹. Assim, no cômputo geral desde 2010 e a partir de 2017 (início da vigência do Projeto Brasil-ASL), verifica-se uma redução gradual de UCs com níveis baixos ou muito baixo de consolidação, atualmente nenhuma UC encontra-se no nível

¹ http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_B_2023_Final.pdf

muito baixo e apenas 11 UCs apresentam baixo grau de consolidação. Enquanto 49 UCs, que totalizam 25,9 milhões de hectares (ha), encontram-se consolidadas, outras 40, com 12,7 milhões de hectares (ha), estão em estágio avançado de consolidação (Figura 1). Cumpre registrar que mesmo as UCs não consolidadas continuam apresentando avanços de cenários significativos por marco referencial, assim, espera-se a continuidade da tendência de crescimento no número de UCs consolidadas nos próximos anos.

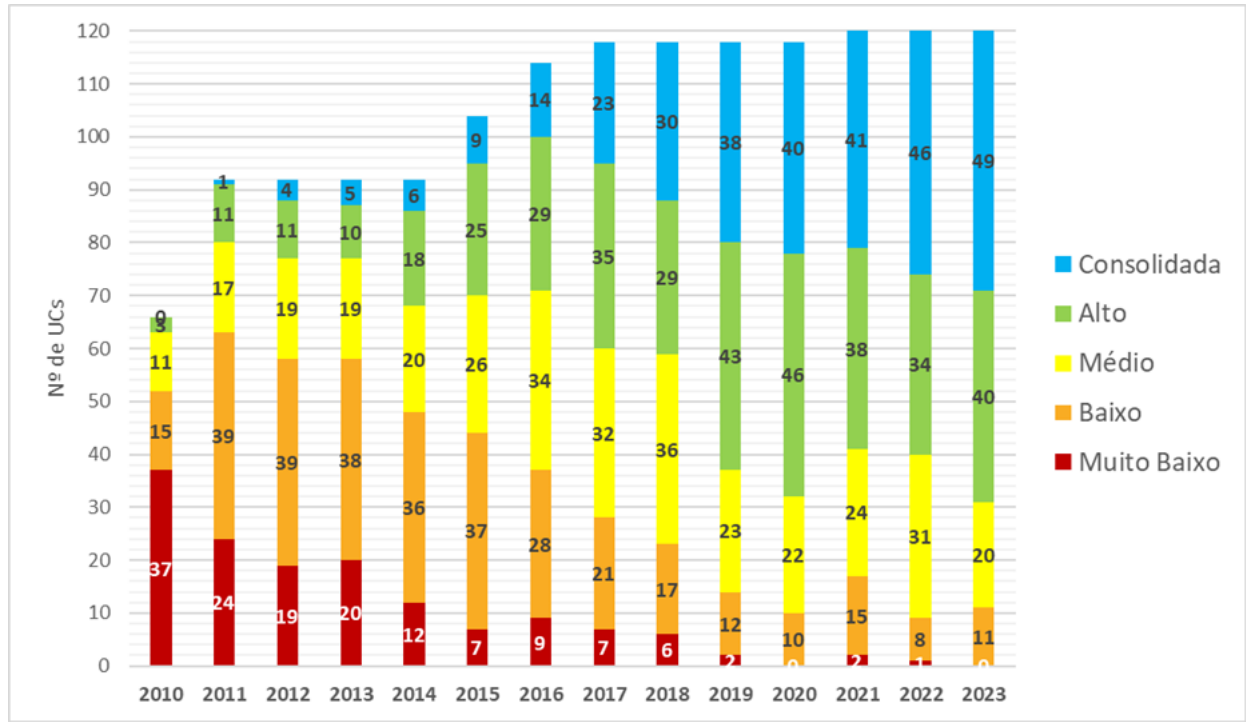


Figura 1: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2023.

Fonte: Elaborado por FUNBIO

Também merece destaque o desempenho do Programa em relação à meta de criação e ampliação de novas Unidades de Conservação, que já havia sido superada, e foi ampliada em 201 mil ha desde o último relatório, considerando a criação das ESEC Mamuru (PA) e RESEX Filhos do Mangue (ICMBio) e RESEX Viriandeua (ICMBio). Como o recorte temporal e as metas do Projeto ASL Brasil são distintas do Programa ARPA, contabiliza-se 4,5 milhões de hectares em UCs criadas ou ampliadas entre 2017 e 2023, superando em cerca de 52% a meta do Projeto ASL nesse indicador.

Em relação a execução financeira destaca-se que após uma queda da execução do Fundo de Transição (FT) no ano de 2021, decorrente sobretudo da pandemia, os valores executados voltaram a subir em 2022, com recorde de execução em 2023. Considerando o recurso executado, o biênio 2024/2025 alcançou, neste primeiro semestre de 2024, a cifra de R\$ 22 milhões.

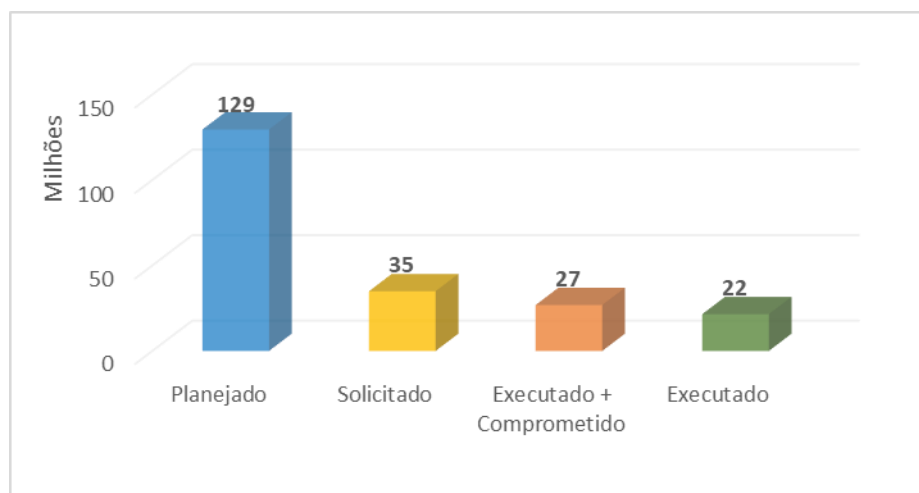


Figura 2: Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2024/2025 (até junho/2024), em milhões de reais.

Fonte: Elaborado por FUNBIO

O Relatório L é o reporte financeiro semestral do Fundo de Transição do Programa ARPA, elaborado desde o início da Fase III do Programa, e apresenta informações sobre as doações realizadas para o Programa, desempenho das carteiras de investimento, previsão de resgates de recursos do FT e execução do programa contendo o desempenho das Unidades de Conservação (UCs). O documento pode ser acessado no [Anexo A](#) e alguns resultados são apresentados na seção 3 deste relatório.

Executados pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), os componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 possuem implementação em quatro estados da Amazônia (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia) com os seguintes objetivos:

- Componente 2: promover a gestão integrada da paisagem;
- Componente 3: fortalecer a capacidade dos governos federal e estaduais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para ampliar a conservação; e
- Componente 4. melhorar a capacidade de colaboração e implementação do projeto no que tange aos principais atores brasileiros, para aumentar o impacto do projeto, o cumprimento dos compromissos internacionais e promover a implementação eficaz e eficiente do projeto.

COMPONENTES 2,3 e 4 EM NÚMEROS

- 102 municípios;
- 56 unidades de conservação;
- 48.500 imóveis rurais;
- 88.179 beneficiários diretos;
- 6 cadeias produtivas: borracha, cacau, café, castanha, mandioca, mel; e
- 17 espécies cultivadas: seringueira, cacau, banana, café, graviola, abacaxi, açaí, castanha, mandioca, copaíba, cedro, mogno, cerejeira, cumaru, ipê, jatobá e samaúma.

Os três componentes apresentam uma execução de R\$ 65 milhões (43%) do recurso doado. No primeiro semestre de 2024 a execução financeira do Projeto ASL foi de R\$ 12.139.135,71, sendo

os meses de maio e junho os de maior execução. A alavancagem foi principalmente no componente 2 (Figura 3), com pagamento de contratos de grande valor para a temática de restauração.

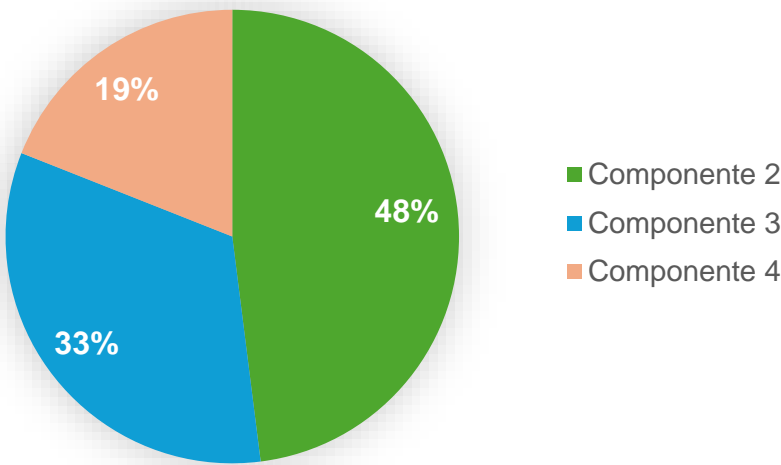


Figura 3: Execução financeira no primeiro semestre de 2024 por componente.
Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Os três componentes englobam oito indicadores, apresentados abaixo com os respectivos percentuais de alcance contabilizados até o 1º semestre de 2024 (Quadro 2). O indicador de restauração ainda apresenta resultado baixo, com 6% de alcance, razão pela qual o POA 4 foi construído com foco em ações com entregas a esse indicador.

Quadro 2: Alcance dos indicadores em junho de 2024.

INDICADORES	ALCANCE EM % (1º SEMESTRE DE 2024)
0.3. Área sob restauração	6%
0.4. Área florestal sob planos de manejo sustentável	98%
2.1. Área das propriedades rurais adotando práticas sustentáveis de manejo	186%
2.2. Áreas protegidas de uso sustentável sob práticas sustentáveis de manejo da terra	52%
2.3. Áreas sob manejo sustentável adotadas como resultado do projeto (corporativo)	72%
3.1. Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento de uso da terra	201%
3.2. Mecanismos de incentivo para reduzir a perda florestal e aumentar a restauração	320%
4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Masculino: 2.100)	1136%
4.1. Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Feminino: 900)	2023%

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Resultados dos componentes 2,3 e 4 alcançados até junho de 2024:

- 1.614 ha em processo de restauração;
- 42 viveiros construídos com capacidade de produzir aproximadamente 800 mil mudas;
- 48.500 cadastros de imóveis rurais analisados nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia com recursos ASL e 55.723 cadastros de imóveis rurais analisados finalizados (46.525 com recurso de contrapartida e 9.198 com recurso ASL);
- 61 Termos de Compromisso Ambiental firmados com recurso ASL e 1.200 com recurso de contrapartida;
- 1 Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN) - Pará;
- 13 acordos de pesca elaborados no estado do Amazonas;
- 126 agentes ambientais voluntários credenciados no Amazonas;
- 80 parobotânicos capacitados em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ICMBio e SFB;
- 3 estudos técnicos para inventários florestais e 3 estudos de logística e precificação da madeira;
- 2 mapeamentos para a produção de peças técnicas e anexos para futuros editais de concessão florestal;
- 2 estudos de metodologia para monitoramento das concessões em operação; e
- 1 diagnóstico para a estruturação do modelo da 1ª concessão para a recuperação de áreas degradadas.

Ações em desenvolvimento no primeiro semestre de 2024:

- Apoio a elaboração de 9 planos de manejo de unidade de conservação e revisão de outros 11, totalizando 4.700.000,00 ha;
- Elaboração de 3 planos de uso público;
- Elaboração de protocolo de monitoramento de acordo de pesca no estado do Amazonas;
- Elaboração de 4 estudos técnicos para a concessão florestal;
- Análise de 16 mil cadastros de imóveis rurais;
- Retificação de 2 mil cadastros de imóveis rurais;
- Elaboração de 10 mil Projetos de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADAs);
- Elaboração do módulo de monitoramento das áreas regularizadas e módulo de gestão da produção e do fomento de mudas para o Estado do Acre
- Restauração de 1.179 hectares (contratações realizadas, fase de elaboração de projetos ou preparação de solo); e
- Criação da rede de sementes no Acre.

A segunda fase do Projeto ASL Brasil é executada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e prevê apoio a continuidade das ações da Fase 1 nos quatro estados de abrangência. Além disso, adiciona ao Projeto foco em um recorte territorial específico com o objetivo de fortalecer as estruturas de governança e gestão integrada para paisagens de áreas úmidas e promover a conectividade ecológica de cinco Instrumentos de Gestão Integrada (*Integrated Management Areas - IMA*): Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, Reserva da Biosfera da Amazônia Central, Complexo de Conservação da Amazônia Central (Sítio do Patrimônio Mundial Natural) e Sítios Ramsar do Rio Negro e do Rio Juruá.

Ao avaliar as ações e atividades previstas no segundo Plano Operativo Anual, foi dada prioridade a realização de reuniões de alinhamento e planejamento com SEMA-AM, UNESCO, Mosaico do Baixo Rio Negro, associações locais, parceiros estratégicos e sociedade civil do território do Juruá, esse processo será mais bem detalhado na seção 5 deste relatório. O objetivo dessas reuniões foi levantar as necessidades do território, visando apoiar o fortalecimento e a integração da paisagem nos cinco Instrumentos de Gestão Integrada (IMA), principal indicador da fase 2 e reestruturar o POA 2.

Assim, os esforços foram concentrados nas revisões para levantamento de atores locais e engajamento das partes interessadas, bem como no aprimoramento do planejamento das ações. Isso incluiu o detalhamento de ações, a análise dos recursos financeiros e a revisão da aderência das ações com os resultados do projeto para apresentação de um planejamento sólido. A aprovação do POA 2 ocorreu na reunião do Comitê Operativo do Projeto (COP), realizada em 11 de julho deste ano, durante a missão de supervisão do Projeto ASL em Manaus.

Até dezembro de 2024, data da versão final deste relatório semestral, os trâmites jurídicos e de análise técnica dos acordos de cooperação técnica continuam em avanço. Em relação aos acordos: (i) o ACT da SEMA-AC foi assinado em 11/12/2024; (ii) o ACT do ICMBio está em processo de assinatura pelas partes (FGV, Unidades Operativas e MMA); (iii) o ACT com SEDAM-RO está em análise pela Conjur do MMA; (iv) os ACTs de SEMAS-PA e IDEFLOR-Bio e SEMA-AM estão em análise pela FGV para envio ao MMA para análise técnica e jurídica e, posteriormente, assinatura; e (v) o ACT do SFB está em uma nova análise pela Unidade Operativa para encaminhamento ao MMA para análise técnica e, posteriormente, assinatura.

Para a implantação e operacionalização das atividades sob a responsabilidade da FGV, estão alocados recursos no montante de US\$ 19.284.404,00 para o projeto até dezembro de 2026. No primeiro Plano Operativo, foi designado um montante de R\$ 5.422.257,10 para a biênio 2022-2023, por meio da Unidade Operativa MMA. No entanto, o planejamento foi atualizado com a inclusão de três novas ações: (i) Seminário Xingu em Altamira, PA; (ii) Missão de Supervisão no Amazonas; e (iii) Capacitação de gestores de UCs em restauração. Dessa forma, o POA 1 teve um acréscimo de R\$ 600.375,00, contabilizando um montante total de R\$ 6.022.632,10. O POA 1 foi encerrado no primeiro semestre de 2024, com a aprovação do POA 2, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 3: Evolução do POA 1 (Fase 2)

ANO	No. POA	PLANO OPERATIVO ANUAL	PERIODO	EXECUTADO	%
2022	1	R\$ 3.859.215,55	2º Semestre	-	-
2023	1	R\$ 6.154.455,35 ^[1]	1º Semestre	R\$ 45.763,10	0,007
2023	1	R\$ 5.442.257,10 ^[3]	2º Semestre	R\$ 900.525,49	16,61
2024	1	R\$ 6.022.632,10	1º Semestre	R\$ 1.331.773,98	22

Fonte: Elaborado por FGV

3. Desempenho Financeiro no Semestre (2024/01)

Recursos de doação do GEF

Fase 1

O recurso doado para a Fase 1 do Projeto é dividido da seguinte forma:

- Componente 1: US\$ 30 milhões, sob execução financeira do FUNBIO; e
- Componentes 2, 3 e 4: US\$ 30,3 milhões, sob execução financeira da CI-Brasil.

Fase 1 - Componente 1

O recurso doado para o componente 1 é direcionado para o Fundo de Transição (FT) do Programa ARPA. A Figura 4 apresenta um gráfico com a evolução semestral da execução desde o início da operação do FT. O aumento da execução registrado a partir do segundo semestre de 2017 se deve à migração de todas as UCs para o Fundo de Transição, em abril de 2017.

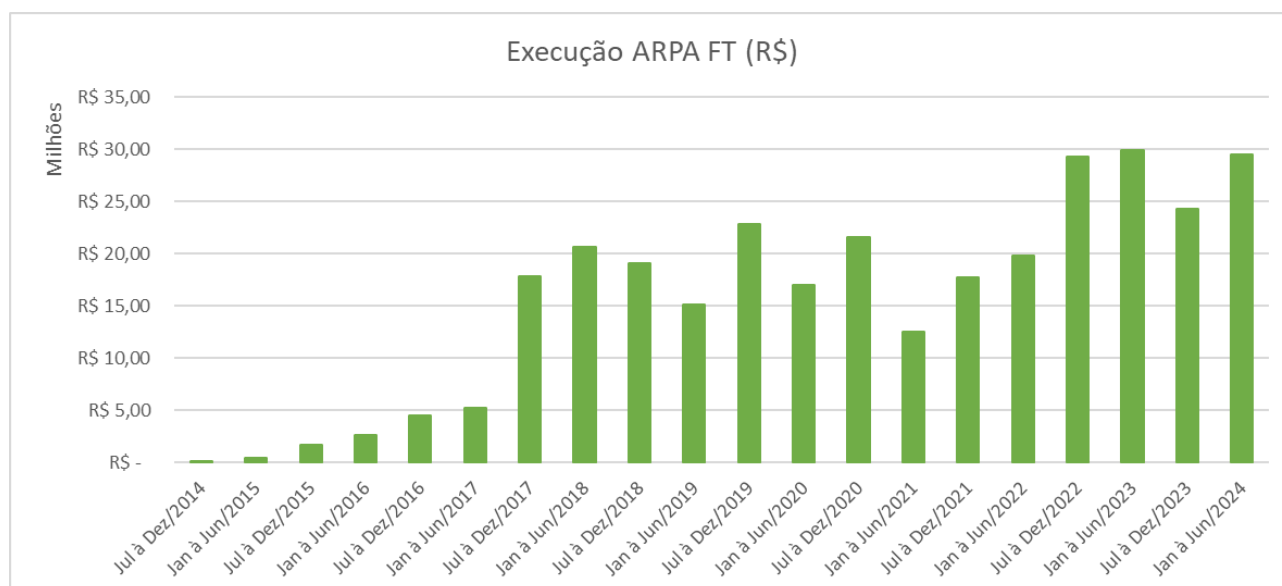


Figura 4: Execução semestral do Programa ARPA, de 2014 a 2024.

Fonte: Elaborado por FUNBIO

O Relatório L ([Anexo A](#)) apresenta os resultados de desempenho do FT atualizados até o primeiro semestre de 2024. A posição atualizada do Fundo de Transição em junho de 2024 é de aproximadamente R\$ 679,220 milhões ou US\$ 122,200 milhões. A Capitalização acumulada é uma posição flutuante, que depende das oscilações de mercado, ela é representada por todos os aportes de doações mais os rendimentos obtidos pelas carteiras de investimento. Cabe destacar que em 2021 o FT alcançou a meta de capitalização, quando foi reportada capitalização acumulada de US\$ 238.118 milhões. Em junho de 2024, a capitalização acumulada do FT foi de US\$ 231.004 milhões. Em dezembro de 2023 a mesma era US\$ 227.416 milhões

Sobre os desembolsos do Projeto para o componente 1, em 2019 havia previsão de realização último desembolso do contrato, no valor de US\$ 10 milhões para o Fundo de Transição através do Programa “Paisagens Sustentáveis da Amazônia”. O referido desembolso está condicionado ao

enquadramento de proposta de apoio para o Programa ARPA, junto ao Fundo Amazônia/BNDES. A proposta foi submetida pelo FUNBIO ao Fundo Amazônia em outubro de 2018.

Desde a submissão da proposta o FUNBIO manteve tratativas regulares com a equipe responsável por sua análise no BNDES. Durante o primeiro semestre de 2019 o Fundo Amazônia passou por auditoria e todas as análises de propostas foram interrompidas. Em outubro de 2019 o FUNBIO foi informado que as análises dos projetos protocolados junto ao Fundo Amazônia/BNDES encontravam-se temporariamente suspensas, em respeito às negociações em curso entre os governos do Brasil, da Noruega e da Alemanha para o restabelecimento da governança do Fundo Amazônia.

Com a retomada do Fundo Amazônia a partir de 2023, o FUNBIO e o MMA, em alinhamento com o Banco Mundial, submeteram ao Fundo Amazônia uma nova proposta no escopo do Programa ARPA, mantendo assim o compromisso estabelecido em contrato. A proposta, submetida em julho de 2023 é aderente as linhas de apoio prioritárias do Fundo Amazônia e ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) emitido em 2023.

Tendo o processo de análise e aprovação da proposta em vista, o FUNBIO em alinhamento com o MMA, solicitou ao Banco Mundial uma extensão de prazo de seis meses para o contrato de doação, prevendo a conclusão do Acordo de Doação firmado. O pleito foi aprovado com encerramento contratual previsto para outubro de 2024. Durante o segundo semestre de 2023, FUNBIO e MMA, com supervisão do CFT, mantiveram junto ao BNDES uma rotina de acompanhamento da análise da proposta submetida.

Em abril de 2024, o BNDES informou ao FUNBIO que a proposta precisava ser apresentada à subcomissão do PPCDAm, como condição para o prosseguimento das análises. Após a apresentação para a subcomissão do PPCDAm, houve reuniões entre BNDES, FUNBIO, MMA e ICMBio e as análises prosseguem. Em julho foi negociada entre MMA, FUNBIO e o Banco Mundial uma segunda solicitação de extensão de prazo do contrato de doação, propondo o término do mesmo em 30 de março de 2026. O pedido submetido ao Banco Mundial foi aprovado e a carta de extensão de prazo assinada em 22/10/2024.

Fase 1 - Componente 2, 3 e 4

A execução financeira dos componentes 2, 3 e 4, de janeiro a junho de 2024, foi de R\$ 12.139.135,71, correspondendo a US\$ 2,313,011.44, usando a conversão concedida no semestre pelo Banco Mundial. A Figura 5 mostra o valor acumulado de execução pela CI-Brasil, em Real, por mês.

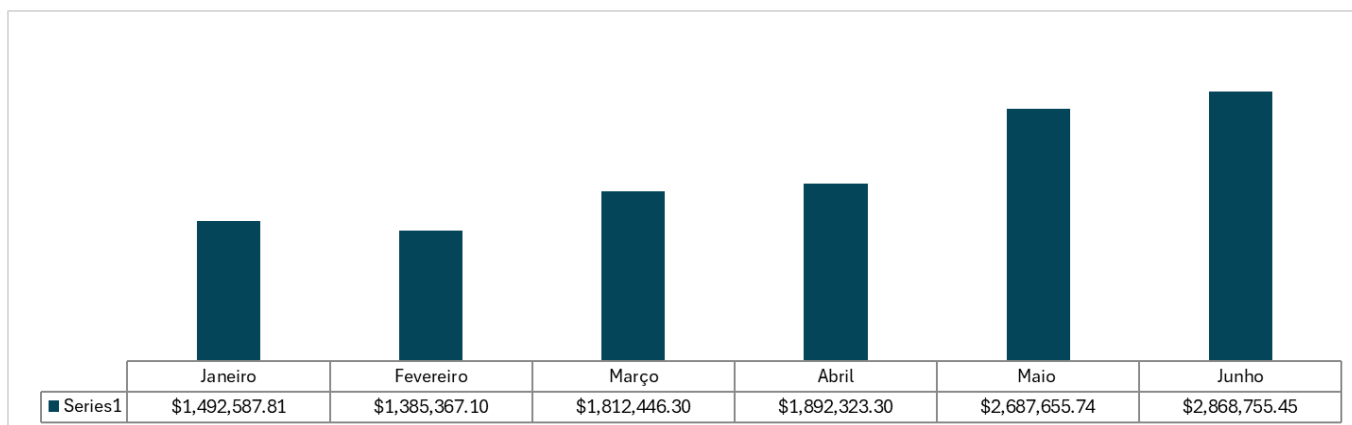


Figura 5: Execução financeira do 1º semestre de 2024.

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Nos meses de maio e junho, a alavancagem se deu em função do pagamento de contratos de grande valor, para ações de restauração junto às unidades operativas SEDAM Rondônia e ICMBIO. Esses contratos refletem o planejamento realizado no POA 4 para priorização de atividades relacionadas à restauração.

A utilização do recurso financeiro do semestre pelas Unidades Operativas (UOs) e Unidade de Coordenação de Projeto (UCP) é ilustrado na Figura 6.

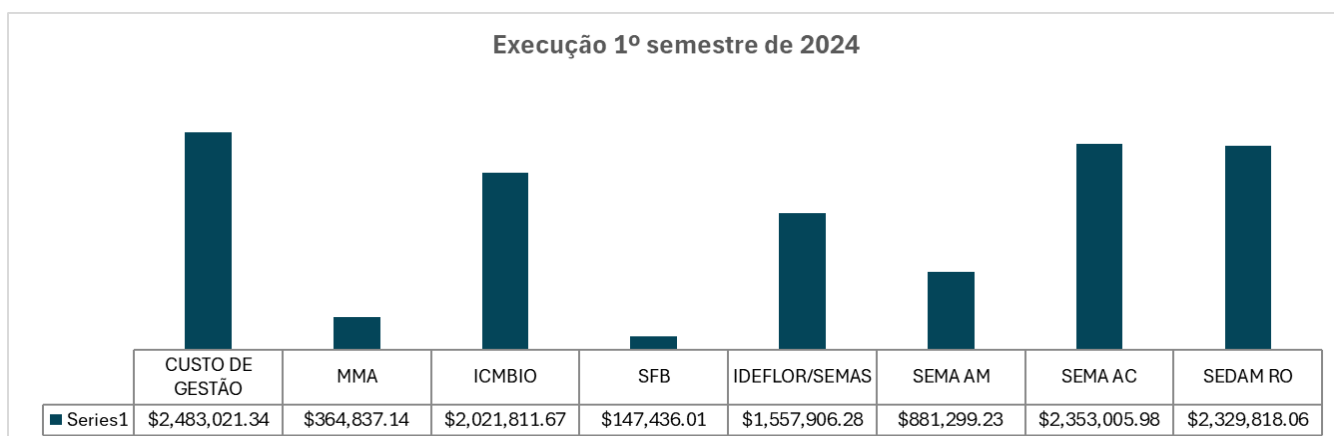


Figura 6: Execução financeira semestral por UO e UCP.

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

A Figura 7 mostra que, a execução de cada componente, o componente 2, que trata de restauração, apresenta o maior percentual de execução. Isso se deve principalmente à fase atual do projeto que tem focado nas ações de restauração nos 4 estados.

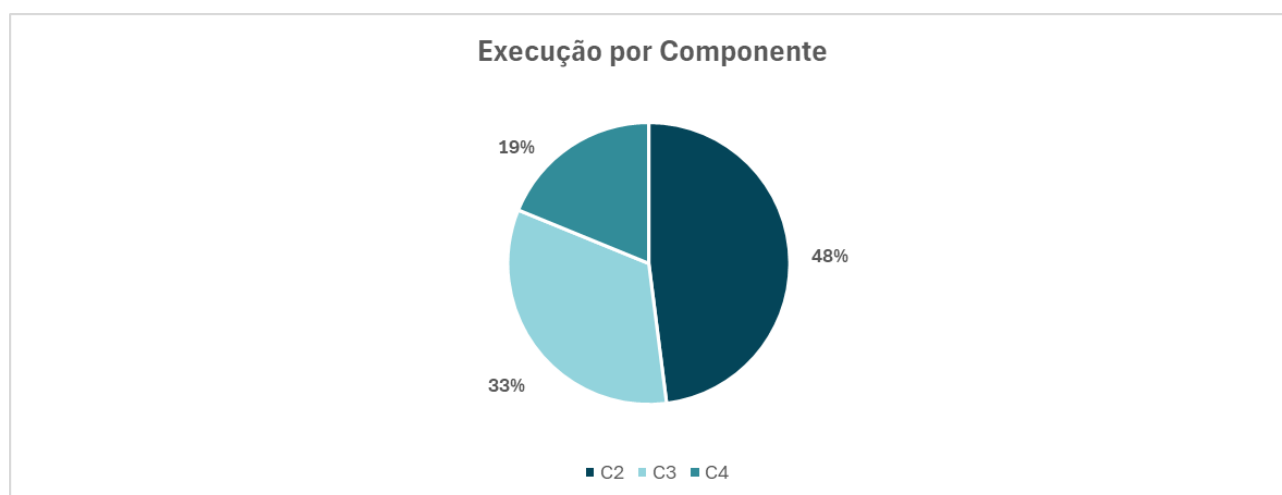


Figura 7: Execução por componente no 1º semestre de 2024.

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

O Projeto tem sido monitorado por meio de um *dashboard* dinâmico, atualizado diariamente pelas equipes de coordenação técnica e de operações, o que evidência em tempo real o status dos processos/atividades planejadas nos Planos Operativos.

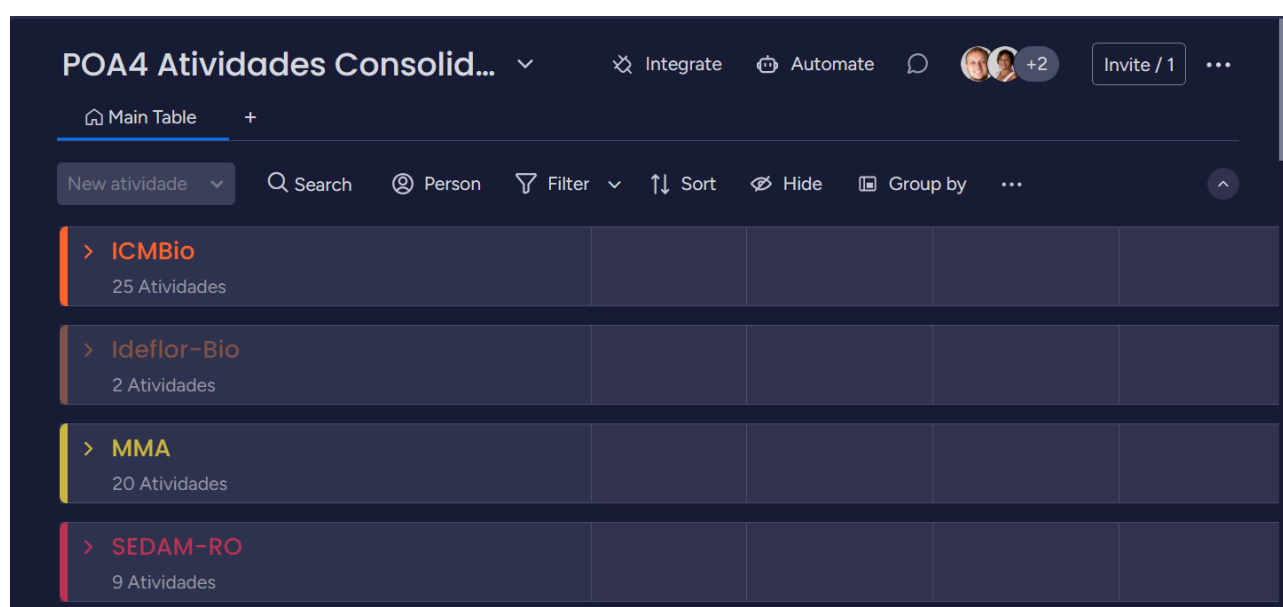


Figura 8: Imagem ilustrativa da ferramenta Monday.

Ao final de 2023, o POA 4 foi aprovado com um orçamento de R\$ 65 milhões; até 30 de junho de 2024, o valor comprometido, em andamento, em preparação e não iniciado, somou cerca de R\$ 57 milhões (88%) desse total. O Quadro 4 apresenta, em resumo, o status do recurso das atividades.

Quadro 4: Resumo das atividades do POA 4 (Fase 1)

Status	Valor (R\$)	Percentual
Comprometido	R\$ 23,355,395.18	36%
Em Andamento	R\$ 18,950,610.00	29%
Em Preparação	R\$ 13,082,380.00	20%
Não Iniciado	R\$ 1,840,500.00	3%

Cancelado	R\$ 8,537,800.00	12%
Total	R\$ 65,766,685.18	100%

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Fase 2

Fase 2 – Componentes 1, 2, 3 e 4

O recurso doado para a Fase 2 do Projeto é US\$ 19,284,404.00, o projeto recebeu em conta designada, até o final do semestre em questão, a importância de US\$ 1.695.955,50 e apresenta uma execução acumulada no fechamento do 1º semestre de 2024 de US\$ 1.145.757,43, conforme reportado nos SOEs através do sistema *Client Connection* do Banco Mundial.

O Plano Operativo do Projeto reflete o atual cenário de desempenho (conforme Quadro 5), onde o total planejado para o POA 1 corresponde ao orçamento estabelecido para 2022-2024. O total comprometido representa as aquisições em curso, enquanto o total executado representa os pagamentos realizados até 30/06/2024.

Quadro 5: Desempenho do plano operativo anual 1 da Fase 2

PRIMEIRO PLANO OPERATIVO ANUAL (2021-2024)	VALOR (R\$)	(%)
Executado	R\$ 1.331.773,98	22
Em andamento	R\$ 2.617.399,66	43
Não iniciado	R\$ 1.943.693,39	32
Variação: Planejado x Executado (+)	R\$ 119.950,06	2
TOTAL	R\$ 6.022.632,10	
Cancelado^[4]	R\$ 3.200.000,00	-

Fonte: Elaborado por FGV

O desempenho de execução global por componente, para a única Unidade Operativa até o momento, MMA, é apresentado na Figura 9. No período do primeiro semestre de 2024, o MMA teve um volume expressivo de recursos executados no componente 2, principalmente pelas oficinas realizadas.

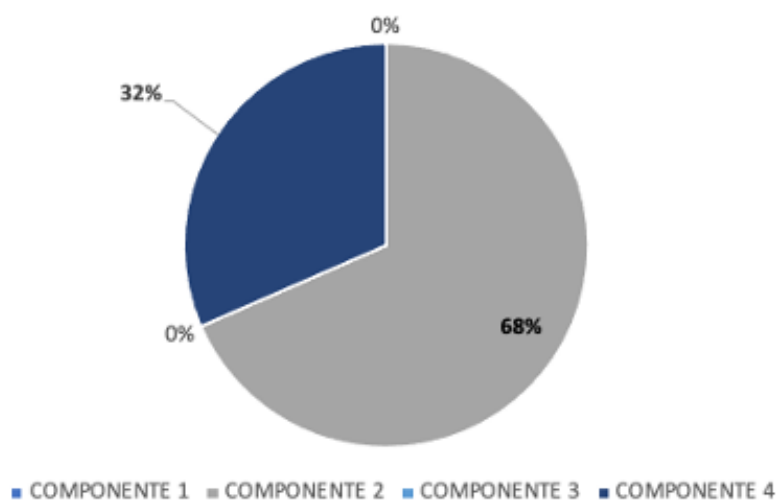


Figura 9: Desempenho global por componente 1, 2, 3 e 4.

Fonte: Elaborado por FGV

Em termos de execução acumulada por componente, o componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem – conta com 68% do total de execução, enquanto os componentes 1, 3 e 4 contam com 0%, 0% e 32%, respectivamente.

Outras análises:

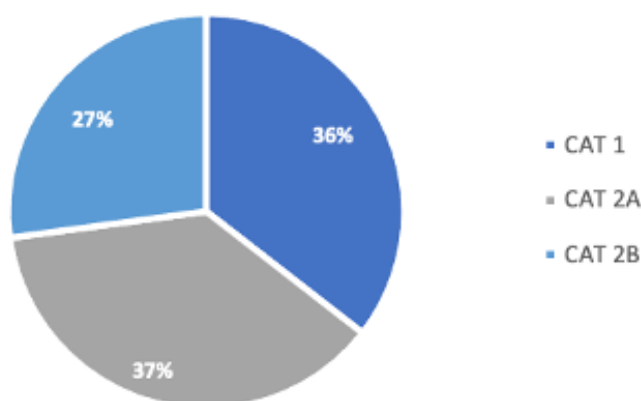


Figura 10: Resumo da execução financeira por categoria de gasto.

Fonte: Elaborado por FGV

(1) Bens, obras, serviços de consultores, serviços não consultivos, custos atuais, viagens e treinamentos sob o projeto dos Componentes 1, 2, 3 e 4

(2) Remuneração da equipe da FGV:

2 (a) – Despesas Operacionais no âmbito do projeto

2 (b) – Custos de Gestão no âmbito do projeto

[1] Plano Operativo Anual – POA 1, teve o incremento no primeiro semestre as atividades como: oficinas para conselho gestor, expedição/evento Diálogos da Amazônia Brasileira, agenciamento de viagem e hospedagem e auditoria externa.

[2] O avanço na execução está correlacionado com o montante do POA 1, sem considerar a exclusão das atividades descontinuadas.

[3] Plano Operativo Anual – POA 1, teve o incremento no segundo semestre as atividades como: consultores individuais, capacitação, outras oficinas preparatórias e a exclusão de três atividades reformuladas para o POA 2.

[4] A Unidade Operativa MMA entende que as demandas canceladas não atendem aos objetivos estratégicos da nova gestão. Atividades para a nova abordagem ao território dos sítios Ramsar estão previstas no POA 2.

O desembolso financeiro da Fase 2 no período atingiu o montante de **R\$ 1.690.348,34**, equivalente a US\$ 312,218,36, usando-se as taxas de R\$ 5,09 e R\$5,66; respectivamente de acordo com as datas entrega das **Declarações de Gastos 10 e 11**. A seguir, o Quadro 6 apresenta a distribuição dos **Recursos Gastos por Categoria de Despesas** no 1º semestre de 2024 em Reais e USD.

Quadro 6: Recursos Gastos por Categoria de Despesas - 1º semestre/2024

CATEGORIA	TOTAL em R\$	TOTAL USD	%
Categoria 1	600.441,00	111.325,96	36%
Categoria 2a	631.265,37	116.184,48	37%
Categoria 2b	458.641,97	84.707,92	27%
TOTAL	1.690.348,34	312.218,36	100%

Fonte: Elaboração FGV

O total do desembolso financeiro do projeto desde junho de 2022 até junho de 2024 atingiu o montante de **R\$5.793.077,50** equivalente a US\$ 1.145.757,43, cuja distribuição por categoria é apresentada no Quadro 7.

Quadro 7: Recursos Gastos por Categoria de Despesas - Acumulado

CATEGORIA	TOTAL em R\$	TOTAL USD	%
Categoria 1	1.331.773,98	258.144,22	23%
Categoria 2a	2.406.251,67	475.045,96	42%
Categoria 2b	2.055.051,85	412.567,25	35%
TOTAL	5.793.077,50	1.145.757,43	100%

Fonte: Elaboração FGV

(1) Bens, obras, serviços de consultores, serviços não consultivos, custos atuais, viagens e treinamentos sob o projeto dos componentes 1, 2, 3 e 4.

(2) Remuneração da equipe da FGV:

2(a) - Despesas Operacionais no âmbito do projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

2(b) - Custos de Gestão no âmbito do projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

No primeiro semestre de 2024, a execução financeira do projeto foi integralmente conduzida pela Unidade Operativa MMA (Quadro 8). As demais unidades operativas assumirão participação ativa na execução a partir de 2024, mediante a assinatura dos ACTs. Esse marco representa uma próxima etapa crucial para a expansão e distribuição das execuções financeiras entre as partes envolvidas no projeto.

Quadro 8: Execução financeira do período por UO

UNIDADE OPERATIVA	VALOR EXECUTADO
MMA	R\$ 600.441,00
ICMBIO	R\$ -
SFB	R\$ -
SEDAM-RO	R\$ -
SEMA-AM	R\$ -
IDEFLOR/SEMAS	R\$ -
SEMA-AC	R\$ -
TOTAL GERAL	R\$ 600.441,00

Contrapartida

As contrapartidas são atividades complementadores aos objetivos do Projeto executadas pelas Unidades Operativas, os recursos financeiros e os resultados técnicos dessas ações são reportados semestralmente.

Em relação ao Componente 1 da Fase 1, conforme registrado no último Relatório de Progresso, no âmbito das rotinas estabelecidas pelo Programa ARPA, os Órgãos Gestores (OG) parceiros apresentam contrapartidas anuais, que são sistematizadas nos relatórios do Programa. No momento, os dados referentes às contrapartidas de 2023 estão em fase de avaliação e, por isso, o próximo reporte será disponibilizado até o final do segundo semestre de 2024.

Na Quadro 9 consta o status da execução de contrapartidas por UO até 06/2024, no âmbito da Fase 1 – componentes 2, 3 e 4. Ressalta-se que foi acordado na última missão junto ao Banco que a contrapartida será acrescida no curso do novo prazo prorrogado até dezembro de 2025. As unidades operativas SFB, MMA, e SEMA-AM conseguiram declarar as contrapartidas. A contrapartida de janeiro a junho de 2024 já foi reportada para composição do IFR 1º semestre de 2024 dentro da data estabelecida, exceto pelo MMA e SEMAS-PA, que será evidenciada no próximo relatório.

Quadro 9: Status da execução de Contrapartida por UO até 06/2024 (Fase 1)

Unidade Operativa	Planejado	Acumulado 01/2024	%
SEMA-AC	R\$ 75,600,000	R\$ 124,603,952	165%
SEDAM-RO	R\$ 91,323,444	R\$ 306,586,114	336%
ICMBIO	R\$ 85,844,386	R\$ 143,862,482	168%
CI-Brasil	R\$ 27,040,672	R\$ 56,101,424	207%
SFB	R\$ 29,506,997	R\$ 23,265,872	79%
MMA-SECEX	R\$ 321,575,788	R\$ 180,082,362	56%
SEMA-AM	R\$ 93,737,486	R\$ 62,668,111	67%
SEMAS-PA & IDELFLOR-Bio	R\$ 104,662,638	R\$ 153,680,144	147%
Total	R\$ 921,396,863	R\$ 1,050,850,463	114%

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Os quadros 10 e 11 a seguir apresentam a prestação de contas relativa ao período de janeiro a junho de 2024 pela Fase 2 do Projeto.

Quadro 10: Contrapartida executada por UCP/UO e UEP (Fase 2)

UNIDADE	2022	2023		2024
	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM
	Em R\$			
FGV	539.277,78	539.277,78	539.277,78	604.224,31
MMA - DECO	110.040,22	-	-	-
MMA – Gab. SBIO/DCBIO	-	98.200,47	111.459,31	-
MMA – Gab. SBIO	-	-	-	7.178,94
MMA – DCBIO	-	-	-	105.214,49

MMA – DFLO	-	36.514,54	48.812,78	61.086,68
MMA - DAP	-	24.744,05	26.542,10	115.566,19

Fonte: Elaborado por FGV

Quadro 11: Contrapartidas Floresta + (Fase 2)

UNIDADE	2022	2023		2024
	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM
	Em USD			
FLORESTA +	153.731,73	212.034,79	-	-
Modalidade 1	-	-	513.186,31	245.485,13
Modalidade 2	-	-	1.000,99	-

Fonte: Elaborado por FGV

Apresentamos abaixo de forma unificada os valores de contrapartida reportados no âmbito das Fase 1 e 2 até o 1º semestre de 2024, os valores foram reportados na apresentação da carteira de projetos Banco Mundial em 27/09/2024. A apresentação do ASL está disponível no Anexo B:

Quadro 12: Contrapartidas Fases 1 e 2

Fase	Valor Acordado (US\$ mi)	Valor Desembolsado (US\$ mi)	%
Fase 1	182,80	208,50	114,1%
Fase 2	87,39	1,50	1,7%
Total Geral	270,19	210,00	77,7%

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

4. Indicadores e Resultados Acumulados

A planilha de indicadores atualizada está disponível no Anexo C. A planilha apresenta os indicadores de forma unificada para todos os componentes e Fases do Projeto, com a informação do valor do reporte anterior (acumulado até dezembro de 2023), o valor incrementado entre janeiro e junho de 2024, o novo valor acumulado até junho de 2024, o detalhamento do valor reportado (descrição das atividades realizadas, informações sobre ferramentas/processos de medição e validação utilizadas, etc) e outros destaques e perspectivas futuras para o indicador, quando houver.

Componente 1

Fase 1

Correspondem ao componente 1 da Fase 1 do projeto os indicadores 0.1, 0.2, 1.1 e 1.2 que foram mensurados a partir dos dados levantados e sistematizados pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA e FUNBIO. Para o indicador 0.1 foram consideradas informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC e informações apresentadas pelos órgãos gestores até junho de 2023. No indicador 0.2 foram considerados os resultados da aplicação da Tracking Tool em 2017 e 2021, ou seja, início e meio do projeto, já que a próxima aplicação da ferramenta será realizada apenas ao final do projeto. Para o indicador 1.1 se considerou o resultado da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação - FAUC aplicada em 2017 e 2023. No caso do indicador 1.2 são considerados dados capitalização do Fundo de Transição reportados pelo FUNBIO semestralmente por meio do Relatório L.

Em relação ao indicador 0.1 (Criação de novas áreas protegidas - UCs) são contabilizados os resultados acumulados que correspondem às 24 UCs criadas entre 2017 e 2023 (Anexo D). Adicionalmente, há 08 processos de criação de novas UCs estaduais apoiados pelo ARPA.

Não houve nova análise do indicador 0.2 (Áreas de UCs apoiadas pelo projeto com baixa, média e alta efetividade), uma vez que o indicador corresponde aos resultados da aplicação da Tracking Tool no início do projeto (2017), meio (2021) e final. Sendo assim, uma nova aplicação da ferramenta e análise do desempenho do indicador é prevista para o final do projeto.

No indicador intermediário 1.1 (UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição - ARPA com melhorias de gestão) foram reportadas 93 UCs que tiveram melhoria de gestão, ou seja, passaram do nível de consolidação que apresentavam na linha de base em 2017 para um nível mais alto em 2023 ou mantiveram-se em nível mais alto (Quadro 13 e Anexo E). Para essa análise foram considerados os dados da aplicação da FAUC para o universo de 114 UCs apoiadas pelo Programa ARPA desde 2017, o que representa um desempenho de 81% de melhoria de gestão das UCs apoiadas no período.

Quadro 13: Detalhamento da análise de melhoria de gestão das UCs, conforme aplicação da FAUC em 2017 e 2023

Nível de Consolidação (FAUC)	FAUC 2017 (linha de base)	Nº UCs que melhoraram a gestão entre 2017 e 2023	Observações
------------------------------	---------------------------	--	-------------

baixo	19	14	5 mantiveram-se baixo 7 foram para médio 7 foram para alto
médio	34	22	3 regrediram para baixo 9 mantiveram-se médio 22 foram para alto
alto	61	57	1 regrediu para baixo 3 regrediram para médio 57 mantiveram-se alto
Total UCs	114	93	
	Melhora%	81%	

Fonte: Elaborado por FUNBIO

De forma complementar à análise do indicador é importante registrar que a partir de 2017 ao Programa ARPA aderiram 5 novas UCs (Rebio Guaporé, PN Monte Roraima, PN Pacaás Novos, PN Acari e Rebio Manicoré). Além disso, em 2021 ajustou-se o registro do PE Cristalino II que realiza gestão integrada com PE Cristalino e não vinha sendo computado corretamente em termos de área e número de UCs apoiadas pelo Programa. A análise da consolidação dessas UCs não entrou na avaliação acima uma vez que, para fins de comparação e para evitar distorções, optou-se por manter o universo de UCs apoiadas desde o início do projeto (114). Cabe destacar que três delas avançaram em termos de nível de consolidação, uma manteve-se em nível alto e duas mantiveram-se em nível baixo.

Este relatório apresenta os dados referentes à FAUC 2023, uma vez que a FAUC 2024 está em fase de processamento dos dados reportados pelas UCs e avaliação para determinar o nível de consolidação. Portanto, ele contempla exclusivamente as informações e métricas reportadas nas edições anteriores. Quando a consolidação dos dados de 2023 for finalizada, esses resultados serão incorporados no relatório do próximo semestre.

Componentes 2 e 3

Fase 1

Os indicadores (0.3, 0.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1) foram mensurados no período de 21 de dezembro de 2023 a 10 de junho de 2024, por meio da ferramenta kobotoolbox, pela qual as UOs declararam os resultados relacionados ao período deste relatório.

No primeiro semestre de 2024 observou-se um avanço nos indicadores 0.3, 2.1, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1 (Figura 11) evidenciando novas áreas de restauração, aumento na adesão do programa de regularização ambiental, e a participação coletiva em oficinas e no beneficiamento direto e indireto de atividades do projeto.

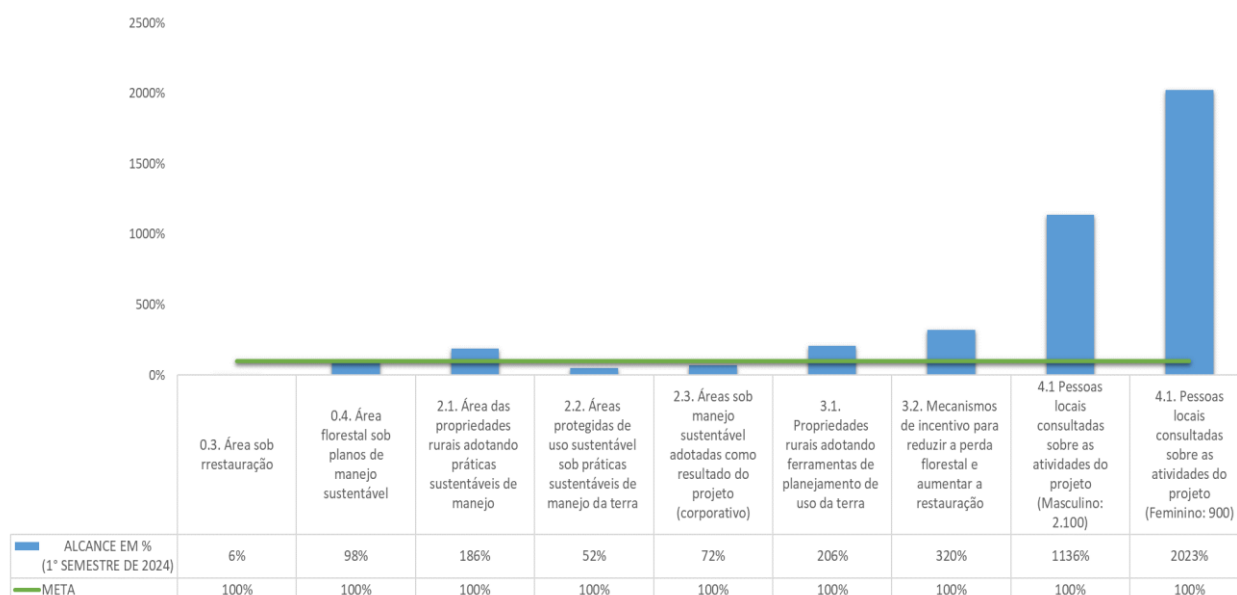


Figura 11: Alcance dos indicadores no 1º semestre de 2024.

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

O indicador global 0.3 (Área sob Recuperação Apoiada pelo Projeto) teve um acréscimo de 134,29 ha de área sob recuperação de SAF, sendo 68,0 ha na Resex Chico Mendes, 34,2 ha no sul do estado do Amazonas e 32,0 ha no estado do Acre, em imóveis rurais apoiadas pelo projeto.

Para o indicador global 0.4 (Área Florestal Trazida sob Planos de Manejo Sustentável) não houve acréscimo de novas áreas.

Para o indicador 2.1 (Área de Propriedades Rurais Apoiadas pelo Projeto Adotando Práticas de Manejo Sustentável), houve um acréscimo de 447.542,97 ha, desse total, 447.332 de contrapartida, sendo: Pará (443.099 ha referente a 250 imóveis rurais), Acre (4.233 ha referem-se a 50 imóveis rurais). Houve ainda o acréscimo de 210,97ha pelo estado do Acre, referente a execução da atividade “Apoiar a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao PRA”, apoiada pelo projeto.

Para o indicador intermediário 2.2 (UCs de Uso Sustentável com Práticas de Manejo Sustentável Apoiadas pelo Projeto) não houve acréscimo de novas áreas, portanto o indicador permanece com o resultado do semestre anterior

No indicador intermediário 3.1 (Propriedades Rurais Adotando Ferramentas de Planejamento do Uso do Solo para a Gestão Sustentável), houve um acréscimo de 5.476 cadastros ambientais rurais analisados finalizados. Desse total, 5.255 cadastros foram reportados pelo estado do Pará e 221 pelo estado do Acre (Quadro 14).

Quadro 14: Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados

Unidade operativa	Origem do recurso	N. de cadastros analisados finalizados	Condição
-------------------	-------------------	--	----------

Sema AC	ASL	216	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AC	ASL	5	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Semas PA	Contrapartida	2.391	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	Contrapartida	1.102	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Semas PA	ASL	507	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	ASL	1.255	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
TOTAL		5.476	

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Para o indicador 3.2 (Mecanismos de Incentivos para a Redução do Desmatamento e o Aumento da Recuperação), houve acréscimo de 1 instrumento, o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN-PA), uma ferramenta para implementar o Programa Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa - instrumento estratégico da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), que busca articular, integrar e promover projetos e ações indutoras da recuperação da vegetação nativa, integrando diferentes políticas em vigor no Estado do Pará.

Componente 4

Fase 1

Para o indicador 4.1 (População Local Consultada sobre Ações do Projeto), houve o acréscimo de 33.213 pessoas consultadas/beneficiadas, sendo 18.421 homens e 14.792 mulheres.

Foi realizado um levantamento e ajuste no número e na forma de reporte do indicador 4.1, tendo em vista os alinhamentos pactuados no workshop de indicadores, realizado em fevereiro de 2024, como também na reunião técnica da missão de supervisão, onde passamos a contabilizar para além do número de pessoas consultadas e passamos a contabilizar pessoas beneficiadas diretamente e indiretamente².

O valor de 33.213 reportado corresponde a 313 pessoas consultadas/participantes de atividades do ASL e 32.900 de residentes das UCs com elaboração de plano de gestão ou plano de uso público em execução (APA Tapajós, APA Triunfo do Xingu, Flota do Iriri, Arie Japiim Pentecoste, APA Lago do Amapá, APA Igarapé São Francisco e Resex Alto Juruá). O número de residentes foi levantado

² Beneficiário direto: pessoas que recebem efetivamente os benefícios do projeto, seja na forma de recursos financeiros, bens ou serviços.

Beneficiário indireto: pessoa que mesmo não tendo acesso efetivo aos benefícios, podem experimentar de melhorias em sua qualidade de vida ou em seu entorno por meio das consequências positivas das ações do projeto

através do cruzamento da grade de população do censo do IBGE de 2010 com o shapefile de delimitação das áreas citadas acima.

Constam ainda 46.107³ beneficiários diretos das ações de análises, retificação e elaboração de Prada, que não foram lançados na matriz, pois neste momento não foi possível fazer a desagregação por gênero. Considerando este valor, o ASL possui 88.179 beneficiários diretos.

Fase 2

No âmbito da Fase 2, o indicador 4.1 teve aumento de 45 beneficiários e 33 beneficiárias, em função das atividades realizadas de janeiro até junho, totalizando 516 beneficiários e 314 beneficiárias, 22% e 20% da meta desagregada por gênero, respectivamente, conforme tabela de indicadores (Anexo C).

Vale destacar que, no planejamento das atividades a serem implementadas no segundo Plano Operativo Anual no segundo semestre de 2024, que inclui as demais Unidades Operativas, está previsto um aumento nas metas dos indicadores (0.3, 1.3, 2.1, 2.3, 2.4, 3.2 e 4.1). O resumo do planejamento de execução do POA 2 da Fase 2 será apresentado na seção 5 por componente.

³ O Número total de imóveis rurais atendidos pelo ASL, incluindo análise, retificação e Prada até o momento é de 49.607, contudo foi retirado 3.500 imóveis sobrepostos a APA Triunfo do Xingu, já contabilizados no número de residentes da UC, para não haver dupla contagem.

5. Descrição do Desempenho no Semestre (2024/01)

Componente 1 - Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia

O Componente 1 do Projeto ASL, na Fase 1, tem como objetivo apoiar o Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) por meio de três áreas principais de atuação: a criação de novas áreas protegidas, a consolidação das áreas já existentes e o desenvolvimento de mecanismos para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo. Este componente é uma continuidade do Programa ARPA, que visa fortalecer a proteção ambiental na Amazônia, com foco na transição de financiamento, saindo do modelo baseado em doações internacionais para um financiamento integral através de recursos públicos, de forma planejada e sustentável. Além disso, na Fase 1, o Componente 1 inclui esforços para retomar os colegiados de governança e aprimorar a integração entre gestores de UCs.

Na Fase 2, o foco do Componente 1 é melhorar a eficácia da gestão das UCs que não foram contempladas pelo Programa ARPA, com ênfase em 5 Áreas de Gerenciamento Integrado (IMAs) da Amazônia Central: a Reserva da Biosfera da Amazônia Central, o Complexo de Conservação da Amazônia Central (Sítio do Patrimônio Mundial Natural), os Sítios Ramsar Regionais do Juruá e do Rio Negro e o Mosaico do Baixo Rio Negro. Esta fase busca aprimorar a gestão integrada dessas áreas, promovendo uma abordagem mais eficaz e coordenada, a fim de garantir a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

Fortalecimento da gestão de Unidade de Conservação na Amazônia

Fase 1

No contexto do ARPA esforços estão sendo empreendidos com vistas a promover a retomada dos colegiados para que reassumam seus papéis enquanto instâncias estratégicas de governança. Também está sendo realizada uma reaproximação de caráter técnico da UCP/MMA com os órgãos gestores parceiros com o objetivo de estreitar os diálogos e buscar alternativas para o aprimoramento do ARPA e alcance de suas metas. No primeiro semestre de 2024 foram realizadas reuniões duas reuniões do Comitê do Fundo de Transição (CFT), sendo uma extraordinária, e da Comissão de Gestores (CG).

Destaca-se, quanto a isso, a interlocução que vem sendo realizada entre a UCP/MMA, o FUNBIO e órgãos gestores e suas áreas técnicas para identificar os principais gargalos que se colocam para a consolidação das UCs e medidas que permitam superá-los. Com isso, estão sendo produzidos insumos relevantes para subsidiar a melhoria de processos, orientar as tomadas de decisão e, por conseguinte, avançar no alcance de metas do Programa por meio, por exemplo, da repactuação do Plano de Consolidação das UCs. Desta forma espera-se orientar as tomadas de decisão e, por conseguinte, avançar no alcance de metas do Programa.

Ademais, foi elaborada uma proposta de projeto, fruto de articulação entre FUNBIO, ICMBio e UCP/MMA apresentada ao Fundo Amazônia, em julho de 2023, para apoio a ações de proteção e demarcação das UCs apoiadas pela ARPA, em complemento e em sinergia ao Fundo de Transição (FT). Tal iniciativa estava prevista no Memorando de Entendimentos da Fase 3 do ARPA e visa atender à terceira condição de desembolso aos recursos, no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil e possibilitará o aporte de USD 10 milhões ao FT. Em abril de 2024, a proposta foi submetida novamente, seguida de uma segunda solicitação de extensão de

prazo de 17 meses, enviada em agosto de 2024, aprovada pelo BM e efetivada no dia 23/10/2024 com a assinatura da carte de extensão de prazo.

Fase 2

O planejamento de atividades da fase 2 para o componente 1 inclui 7 ações, quatro propostas pela SEMA-AM e três pelo ICMBIO. As atividades estão previstas para execução a partir de 2025, com a assinatura dos ACTs das UOs e totalizam R\$ 2.170.000,00 de recursos destinados para esse componente até junho de 2025.

Pela SEMA-AM, está prevista contratação de consultorias para a criação de conselhos gestores e elaboração de planos de manejo para a APA da Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Puduari/Solimões (461.740,67 ha) e para a Floresta Estadual do Rio Urubu (27.342,00 ha). Pelo ICMBIO, será desenvolvido o plano de manejo da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi (580.630,92 ha), além do apoio a execução de reuniões do Conselho Deliberativo da Resex.

Os processos de criação dos conselhos gestores envolvem a contratação de serviços especializados para a organização de oficinas e elaboração de relatórios, além de apoio logístico (alimentação, transporte, material de apoio) e disponibilização de diárias para os participantes que precisem se deslocar até os locais de realização. No caso dos planos de manejo, as consultorias serão responsáveis por realizar estudos socioeconômicos e ecológicos, delimitação e zoneamento das UCs, o trabalho também contribui para a execução de consultas públicas. O apoio a realização de reuniões de conselho deliberativo é constituído pela contratação de logística e alimentação, compra de passagens aéreas e disponibilização de diárias para servidores e outros participantes externos.

Componente 2 - Gestão Integrada da Paisagem

O componente 2 objetiva promover a gestão integrada da paisagem com foco em ações complementares que promovam a formação de corredores ecológicos entre áreas protegidas, favoreçam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, como agroflorestas, fortaleçam as cadeias produtivas da floresta, incluindo madeira, produtos não-madeireiros e pesca, e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA.

Na Fase 1, as atividades priorizaram a restauração de áreas degradadas com espécies nativas, o fortalecimento de cadeias produtivas e dos instrumentos de gestão de UCs, com foco especial na aquisição de bens e serviços para estruturação e aprimoramento dessas ações. Já na Fase 2 foi realizado um curso de capacitação sobre restauração com servidores e Agentes Temporários Ambientais (ATA) do ICMBIO. Além disso, o planejamento de atividades da fase 2 para o componente 2 inclui 110 ações das UOs ICMBIO, SEMA-AC, SEMA-AM, SEMAS-PA, IDEFLOR-Bio, SEDAM-RO e MMA. As atividades do MMA e da SEMA-AC já estão aptas para implementação e, para as demais UOs, as ações estão previstas para execução a partir de 2025, com a assinatura dos ACTs. As ações totalizam R\$ 14.654.466,28 de recursos destinados para esse componente. Ao longo desta seção apresentamos algumas das atividades planejadas.

Conservação

Fase 1

Com a SEMA-AM, está em execução a elaboração do protocolo para monitoramento dos acordos de pesca, com a entrega do produto 2 (Diagnóstico do acordo de pesca do Rio Mamori). Este produto trata-se de um piloto com a finalidade de aprimorar os roteiros de entrevistas e metodologias participativas propostas no plano de trabalho. O campo piloto teve como objetivo garantir a coleta

de dados de qualidade e alinhar os métodos ao objetivo do trabalho. Para tal, foi selecionado o acordo de pesca do Rio Mamori (Figura 12), por sua proximidade ao município de Manaus e pelo baixo número de comunidades envolvidas, fato que permitiria a rápida compreensão do contexto geral da região.



Figura 12: Diagnóstico piloto em uma comunidade do acordo de pesca do Rio Mamori – Amazonas.

Ademais, a SEMA-AM continua promovendo o credenciamento dos Agentes Ambientais Voluntários (Figura 13) com a inclusão de 104 novos AAVs na região do rio Negro (RDS Rio Negro, APA Margem Direita Paduari-Solimões, PE RN Setor Norte, APA Margem Esquerda Aturiá-Apuauzinho e APA Margem Direita Paduari – Solimões). O trabalho integra a campanha Floresta Faz a Diferença, do Governo do Amazonas, com o tema “Um por todos e todos contra as queimadas” que compõe uma das recomendações da 4ª Fase do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDQ-AM). As ações foram realizadas entre os meses de abril a maio pelo Núcleo de Educação Ambiental da SEMA-AM e incluem as etapas de indicação, qualificação e credenciamento dos AAVs.



Figura 13: Oficinas de formação para credenciamento de Agentes Ambientais Voluntários.

Fase 2

No primeiro semestre foi dada continuidade ao processo de revisão e aprimoramento do POA 2, aprovado em julho de 2024. No tema de conservação, as atividades aprovadas incluem a continuidade de apoio para o monitoramento de quelônios no Médio Juruá e inclusão do Acre nesse tipo de apoio. O apoio para articulação e consolidação de acordos de pesca também terá continuidade se estendendo para a região do Oeste do Pará. Além disso, as UOs incluíram ações de combate a incêndios, que se tornaram cada vez mais relevantes com o aumento de incêndios na Amazônia. O Quadro 15 sintetiza o planejamento da Fase 2 para o tema de conservação em 2025.

Quadro 15: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de conservação

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Acordos de pesca	11	1.433.700,00	Elaboração de acordos e de protocolos, aquisição de placas de sinalização e apoio a atividades de vigilância comunitária pelo MMA e pela SEMAS-PA.
Combate a incêndios	5	472.000,00	Elaboração de protocolos, aquisição de materiais e promoção de capacitações para combate a incêndios SEMA-AC, SEMA-AM e MMA.
Educomunicação	10	1.546.029,38	Contratação de consultorias para promover processos formativos com jovens e mulheres pelo MMA.
Manejo de espécies exóticas	14	911.700,00	Manejo, controle e monitoramento de pirarucu invasor na Resex Pedras Negras pela SEDAM-RO,

Monitoramento de quelônios	13	606.504,00	Suporte logístico para as atividades de monitoramento de quelônios realizadas pelas comunidades por meio do ICMBIO, MMA e SEMA-AC.
----------------------------	----	------------	--

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Cadeias produtivas

Fase 1

Ainda pela SEMA-AM, em parceria com IDAM, foram realizados cursos para capacitação de agentes extensionistas visando apoiar a cadeia de valor da borracha natural e da castanha do Brasil. O curso de boas práticas de manejo da castanha-do-brasil, foi realizado no período de 11 a 15 de março em Manaus e Itacoatiara e teve a participação de 23 técnicos que atuarão como multiplicadores de conhecimento para comunidades extrativistas (Figura 14). O produto desse curso consistiu em um Plano de Ação contendo as principais atividades a serem desenvolvidas, tais como: cadastro de beneficiários e mapeamento/inventário dos castanhais.

O curso de boas práticas de extração de borracha natural, realizado entre os dias 20 e 24 de maio em Manaus, contou com a participação de 20 técnicos que também atuarão como multiplicadores com foco em municípios situados no Sul do Amazonas. Esta atividade integra os Projetos Prioritários da Borracha Natural e da Castanha-do-Brasil desenvolvidos pelo IDAM. Os cursos foram realizados pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal (Datef) do IDAM.



Figura 14: Curso de boas práticas de manejo da Castanha-do-Brasil e borracha natural - Amazonas

Pela SEMA-AC foi realizada a oficina sobre Mídias Sociais no município de Cruzeiro do Sul entre os dias 5 e 9 de junho, para apoiar a implementação da Rede de Sementes Florestais do estado do Acre. O evento teve a participação de 57 pessoas, sendo 21 homens e 36 mulheres (Figura 15).

A oficina teve como objetivo a promoção da Cadeia Produtiva de Sementes, visando contribuir com a conservação, restauração e valorização da biodiversidade do Acre, por meio da produção, difusão e aplicação de conhecimentos tradicionais e técnicos científicos com responsabilidade

socioambiental. A oficina é parte das ações de seleção de atores que participarão do II Encontro da Rede de Sementes Florestais do Acre. Durante a oficina ocorreu ainda a aplicação do questionário socioeconômico da Rede de Sementes Florestais para identificação de comunitários envolvidos nas atividades de coleta, beneficiamento e comercialização de sementes florestais nativas.



Figura 15: Oficina sobre mídias sociais para a promoção da cadeia produtiva de sementes – Acre.

Pela SEDAM-RO, foi realizado o levantamento e validação de dados junto aos indígenas e extrativistas para subsidiar a elaboração do Produto 2, (Diagnóstico socioprodutivo da castanha na Resex e entorno), e Produto 3 (Estudo de Viabilidade com diretrizes e recomendações para o planejamento e tomada de decisão) referente à atividade do estudo de viabilidade econômica para a construção de uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil na Resex Rio Cautário. A atividade ocorreu entre os dias 15 e 24 de março de 2024, em Costa Marques, na TI Rio Guaporé e na Resex Estadual do Rio Cautário. Foram realizadas oito reuniões de consulta, nas quais houve a participação de 116 pessoas, sendo 34 mulheres e 82 homens (Figura 16).



Figura 16: Reuniões para levantamento e validação de dados na TI Rio Guaporé e na Resex Estadual do Rio Cautário – Rondônia.

Fase 2

O Quadro 16 sintetiza o planejamento da Fase 2 para o tema de cadeias produtivas em 2025.

Quadro 16: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de cadeias produtivas

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Cadeia produtiva da pesca	2	1.100.000,00	Aquisição de equipamentos para a cadeia produtiva e rastreabilidade pelo MMA.
Cadeias produtivas de produtos não-madeireiros	11	918.800,00	Consultorias para levantamento e diagnóstico, cursos de capacitação para produtores e suporte na estruturação de cadeias produtivas por SEMA-AM, SEDAM-RO, IDEFLOR-Bio e MMA.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Gestão de unidades de conservação

Fase 1

Em parceria com o Ideflor-Bio teve continuidade a elaboração do plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e da Flota do Iriri, com a entrega dos produtos referentes ao zoneamento, diagnóstico socioeconômico e as versões preliminares dos planos de gestão dessas UCs (produtos 6,7,8 e 9,). O próximo passo será a realização das consultas públicas e publicação dos instrumentos legais dos planos, após a aprovação pelos conselhos gestores das UCs e UO.

Em parceria com o ICMBio, no primeiro semestre de 2024 foram realizadas as atividades em continuidade à elaboração do plano de gestão da APA Tapajós, que envolveram a realização de consultas, etnomapeamento, etnozoneamento (Figura 17). Foi realizado ainda, o cadastramento de representantes do povo Munduruku para compor o conselho gestor da APA Tapajós. Durante as atividades houve a participação de 249 indígenas, dos quais 160 homens e 89 de mulheres. O

próximo passo será a discussão dos trabalhos realizados com os Munduruku no Conselho da APA do Tapajós, para posterior análise jurídica e a aprovação e publicação do plano de manejo.



Figura 17: Realização de consultas, etnomapeamento e etnozoneamento na APA Tapajós – Pará.

No tema de elaboração de plano de manejo de UC, houve a entrega do Guia do Participante do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Figura 18). O documento contempla as informações das oficinas preparatórias realizadas, assim como os dados do meio físico e biótico. Este guia é um instrumento adotado pelo ICMBio com informações acessíveis para os participantes das oficinas durante o processo de elaboração do plano de manejo, principalmente no processo de mobilização dos participantes para a realização das oficinas.



Figura 18: Guia do participante para a elaboração do plano de gestão da Resex Alto Juruá – Acre.

Fase 2

O Quadro 17 sintetiza o planejamento da Fase 2 para o tema de gestão de UCs em 2025.

Quadro 17: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de gestão de UCs

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Gestão de áreas protegidas	13	2.796.483,00	Implementação de conselhos gestores, elaboração de planos de uso público e elaboração e atualização de planos de manejo, executadas por SEMA-AC, SEMA-AM e MMA.
Gestão Integrada da Paisagem	11	1.591.499,90	Fortalecimento de instâncias de gestão integrada da paisagem no Mosaico do Baixo Rio Negro, no Sítio Ramsar Rio Juruá e na Reserva da Biosfera da Amazônia Central.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Restauração

Fase 1

O ASL tem apoiado a produção de mudas com qualidade atestada nos Viveiros Florestais, contribuindo para a produção de 205,3 mil mudas florestais e frutíferas no Acre. As mudas produzidas no Viveiro da Floresta têm sido destinadas para recomposição do passivo ambiental em propriedades rurais com adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). No primeiro semestre de 2024, foram utilizadas 92.00 mudas para plantio e replantio das áreas atendidas no PRA.



Figura 19: Produção de mudas no viveiro da floresta e na biofábrica - Acre

No Acre, em apoio ao projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores do entorno da Resex Chico Mendes e das APAs de Rio Branco que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), houve avanço na implementação de 32 ha de SAF, contemplando 16 famílias. Somando as áreas implementadas anteriormente totaliza 76 ha o que representa 38,97% da meta estabelecida de restaurar 195 ha nessa área.

No estado do Amazonas, a SEMA, em parceria com o IDAM, finalizou o plantio para recuperação de 50 ha de áreas degradadas no sul do estado. A atividade atendeu 12 propriedades. Foram selecionadas 41 (quarenta e uma) espécies, sendo 17 florestais, e 24 frutíferas totalizando 6.090 mudas, dentre as principais espécies estão ipês, copaíba, cedro, acerola, goiaba e graviola.

Com a finalização do plantio, iniciará o monitoramento das áreas que será realizado pela equipe local do IDAM que assiste todos os 12 (doze) agricultores presentes no projeto. Estão previstas ações de monitoramento nas áreas do projeto, a serem conduzidas pela SEMA e pelo IDAM, com o apoio da CI, para averiguar o desenvolvimento das mudas implantadas bem como prestar assistência técnica necessária.



Figura 20: Realização de atendimento e plantio nas propriedades que aderiram ao projeto de recuperação no Amazonas

A SEMAS-PA realizou reunião de sensibilização com lideranças quilombolas para implantação de 100 ha de SAF para fins de restauração florestal em áreas de territórios coletivos. A reunião ocorreu em Santarém e contemplou os territórios de Bom Jardim, Murumuru e Pérola do Maicá e teve a participação de 90 representantes das comunidades. Essa atividade é um marco para o Estado do Pará, sendo a primeira iniciativa para implantação de SAF em territórios quilombolas.

Em parceria com o ICMBio, está sendo implementado o projeto de SAF em 140 ha em áreas alteradas na Reserva Extrativista Alto Juruá, para o qual já foi aprovado pela UO o plano de trabalho, o Projeto Construtivo do Viveiro Florestal e o próximo passo será a construção de viveiros de produção de mudas para a utilização no projeto de SAF. Considerando as condições de logística da região e a localização das comunidades na Resex, foi proposto a construção de 5 viveiros comunitários, 4 com capacidade de até 15 mil mudas ano/cada e 1 viveiro com capacidade de produção até 60 mil mudas/ano. Esta atividade prevê o envolvimento de 120 famílias, que serão atendidas com sistemas agroflorestais com arranjos de espécies nativas e produtivas, estimulando a manutenção da área e contribuindo para a diversidade de produtos para a segurança alimentar e geração de renda para as famílias

Na Resex Chico Mendes, foi finalizado o projeto para implantação de 102 ha de SAF. Neste semestre houve o plantio de mais 68,05 ha (Figura 21), com um total de 42.148 mudas florestais e frutíferas, advindas dos viveiros comunitários implementados na Resex.

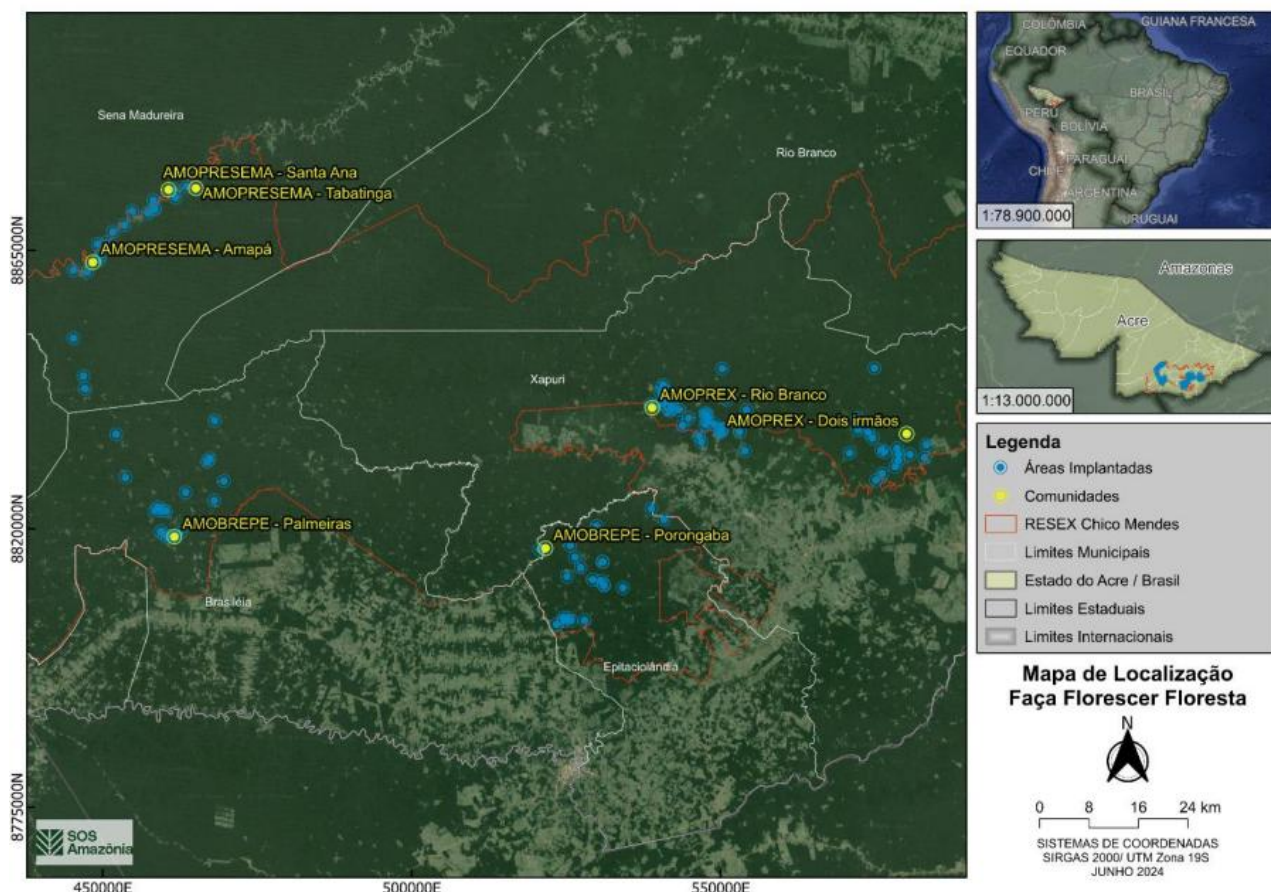


Figura 21: Mapa de localização das áreas de SAF implantadas na Resex Chico Mendes - Acre

O projeto envolveu 120 famílias cadastradas nas comunidades Porongaba, Palmeiras, Dois Irmãos, Rio Branco, Santa Ana, Tabatinga e Amapá que fazem parte das Associações concessionárias Amoprebe, Amoprex e Amopresema nos municípios de Epitaciolândia, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira na implantação de 102,2 ha de sistemas agroflorestais na Reserva Chico Mendes (Quadro 18).

A produção de mudas nos viveiros comunitários e no viveiro central da SOS Amazônia, localizado no município de Capixaba, esteve focada na produção de mudas de açaí, essências florestais e frutíferas, visando atender a demanda dos arranjos propostos, somados a produção de outras essências e frutíferas produzidas nas unidades familiares

Quadro 18: Quantitativo total de famílias e área implantada por comunidade

Associação concessionária/Áreas	Comunidade	Número de famílias	Área implantada (ha)	Mudas
AMOPRESEMA (Sena Madureira)	Santa Ana	12	23,4	28.657
	Tabatinga	4		
	Amapá	3		
AMOPREBE (Epitaciolândia e Brasiléia)	Palmeiras	23	42,3	46.866
	Porongaba	24		
AMOPREX (Xapuri)	Dois Irmãos	21	36,5	49.883
	Rio Branco	33		
TOTAL		120	102,2	125.406

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Na Floresta Nacional do Bom Futuro teve continuidade, por meio de aditivo, as atividades de manutenção dos 80 ha da área restaurada, através de controle de gramíneas exóticas e invasoras, estratégias de prevenção de incêndios, reforço das ações de plantio nas áreas sob falha de cobertura nativa e atividades de monitoramento.

Ainda na temática restauração constam em processo de publicação ou contratação as seguintes atividades:

Quadro 19: Ações de restauração do POA 4 da Fase 1 em processo de planejamento

ATIVIDADE*	STATUS
Implantação de 120 ha de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Chico Mendes - AC	Contratado
Recuperação de 40 ha de áreas alteradas na Flona de Jacundá - RO	Publicado
Caracterização vegetal, monitoramento de regeneração natural, mapeamento de pressões/conflitos e capacitação no Parna da Serra do Pardo e Resex do Rio Xingu, em 22.000 ha -PA	Publicado
Implantação participativa de 100 hectares de sistemas agroflorestais na reserva extrativista Tapajós - Arapiuns - PA	Publicado
Caracterização vegetal, monitoramento de regeneração natural, mapeamento de pressões/conflitos e capacitação em 5 UCs federais: Rebio do Jarú, Flona do Bom Futuro, Parna dos Campos Amazônicos, Flona de Urupadi e Flona do Jamari, nos estados de Rondônia e Amazonas, totalizando 22.169 hectares	Publicado

* Atividades contratadas como Serviço PJ

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

A SEDAM-RO realizou três missões de campo no Parque Estadual (PE) de Guajará-Mirim com o objetivo de construir ponto de apoio para uso da equipe nas ações de monitoramento, levantamento aéreo da vegetação e construção de aceiros. Essas missões fazem parte do processo de monitoramento da regeneração natural assistida de 5.610 hectares de áreas degradadas/alteradas em Unidades de Conservação Estaduais, sendo: 270 hectares no Parque Estadual (PE) Serra dos Reis, 941 hectares no Parque Estadual (PE) de Guajará-Mirim, 1.030 hectares no PE Ilha das Flores, 330 hectares na Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS) Rio Madeira B e 3.039 hectares na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Limoeiro.

Com a SEDAM-RO, a recomposição florestal ativa de passivos ambientais de áreas alteradas ou degradadas em áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), em imóveis ou posses rurais com até 4 módulos fiscais inscritos no sistema de cadastro ambiental rural (SICAR-RO), visa atender 500 ha em 13 municípios de Rondônia, dividido em 2 lotes, cada um com 250 ha. Os produtores poderão escolher entre recomposição com foco na conservação, priorizando espécies florestais e recomposição com objetivos econômicos, priorizando o plantio de mudas de espécies nativas de valor econômico, como cacau, cupuaçu, café, açaí, pupunha e outras.

No âmbito da parceria entre MMA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), está sendo estruturado o módulo "banco de áreas degradadas" dentro da Plataforma de Acompanhamento da Recuperação Ambiental (Recooperar) gerenciado pelo Ibama e que permitirá a inclusão e o gerenciamento de dados geoespaciais de áreas degradadas por parte de instituições públicas federais, a exemplo do ICMBio e da Funai, como também possibilitará a gestão de usuários internos dessas instituições. O resultado esperado é a constituição de um banco

geoespacial de áreas degradadas que contemple unidades de conservação federais e áreas indicadas pelos povos originários para projetos de recuperação, essencial para o fortalecimento das ações de restauração em escala.

Fase 2

O curso de restauração ecológica, apoiado pelo projeto por meio da Unidade Operativa MMA, foi promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Restauração Ecológica (CBC) do ICMBio, em parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID. Realizado presencialmente de 24 a 27 de junho de 2024 na Floresta Nacional do Bom Futuro, Porto Velho, Rondônia.

O objetivo do curso foi a capacitação dos servidores e agentes temporários ambientais com projetos de restauração previstos ou em andamento, e parceiros de instituições externas do ICMBio para elaborar e analisar projetos de restauração ecológica, focando em diagnósticos, métodos e monitoramento de áreas degradadas. A capacitação combinou atividades práticas e teóricas, incluindo diagnóstico de áreas degradadas, escolha de técnicas de restauração, monitoramento, coleta de sementes, plantio de mudas e semeadura e contou com 30 alunos e nove instrutores especializados, incluindo representantes do Serviço Florestal dos Estados Unidos e outras instituições.

O resultado do curso contribuiu significativamente para a capacitação dos participantes, oferecendo conhecimentos teóricos e práticos essenciais para a restauração ecológica em Unidades de Conservação. As atividades do curso ocorreram nas dependências da FLONA do Bom Futuro, com suporte logístico adequado e alimentação fornecida pelo ASL.

O Quadro 20 sintetiza o planejamento da Fase 2 para o tema de restauração em 2025.

Quadro 20: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 2 no POA 2 para o tema de restauração

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Regeneração natural	11	2.036.750,00	Restauração de área com 100 hectares pela SEMA-AC.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Componente 3 - Políticas Públicas para promoção da Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Vegetação Nativa

O componente 3 tem como objetivo fortalecer políticas públicas, planos e ações para a proteção e recuperação da vegetação nativa, além de integrar a gestão florestal a paisagens produtivas sustentáveis. Nas Fases 1 e 2, suas principais linhas de ação incluem o apoio à implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012), com foco na análise de CARs e PRAs, o monitoramento da recuperação da vegetação, o incentivo a políticas para cadeias produtivas de manejo sustentável e a concessão florestal. Além disso, o componente também visa desenvolver mecanismos financeiros para reduzir o desmatamento, fomentar novas cadeias de valor e atrair investimentos privados para iniciativas de conservação e recuperação florestal.

No primeiro semestre, a Fase 1 deu continuidade ao apoio para análises do CAR no Acre e no Pará. Enquanto, o planejamento de atividades da Fase 2 para o componente inclui 27 ações das UOs ICMBIO, SEMA-AC, SEMA-AM, SEMAS-PA, SEDAM-RO, SFB e MMA. As 27 ações totalizam R\$ 5.277.880,00.

Regularização ambiental

Fase 1

O processo de Retificação e Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR para Elaboração de Pradas e TCAs, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Acre, avançou no semestre deste relatório com 323 cadastros de imóveis rurais analisados, 61 termos de compromisso ambiental (TCA) firmados e 54 projetos de recuperação de áreas degradadas elaborados. A atividade contempla os 22 municípios do Estado do Acre, atendendo as propriedades e posses rurais com até quatro (04) módulos fiscais.



Figura 22: Análise de cadastros e atendimentos aos proprietários/possuidores de imóveis rurais Acre

O Estado do Pará tem tido avanço significativo na implementação da política de regularização ambiental com diferentes parcerias e estratégias e a partir da implantação da ferramenta de análise automatizada CAR 2.0. No último semestre, pela SEMAS-PA, foram analisados 4.200 cadastros de imóveis rurais da Região de Integração do Rio Capim, Região de Integração do Lago de Tucuruí, Região de Integração do Baixo Amazonas e Região de Integração do Rio Araguaia. Essas análises são fruto da atividade contratada pelo ASL para Realizar análise de 16 mil Cadastros Ambientais Rurais - CAR, na Plataforma SICAR-PA na região de integração do Baixo Amazonas.

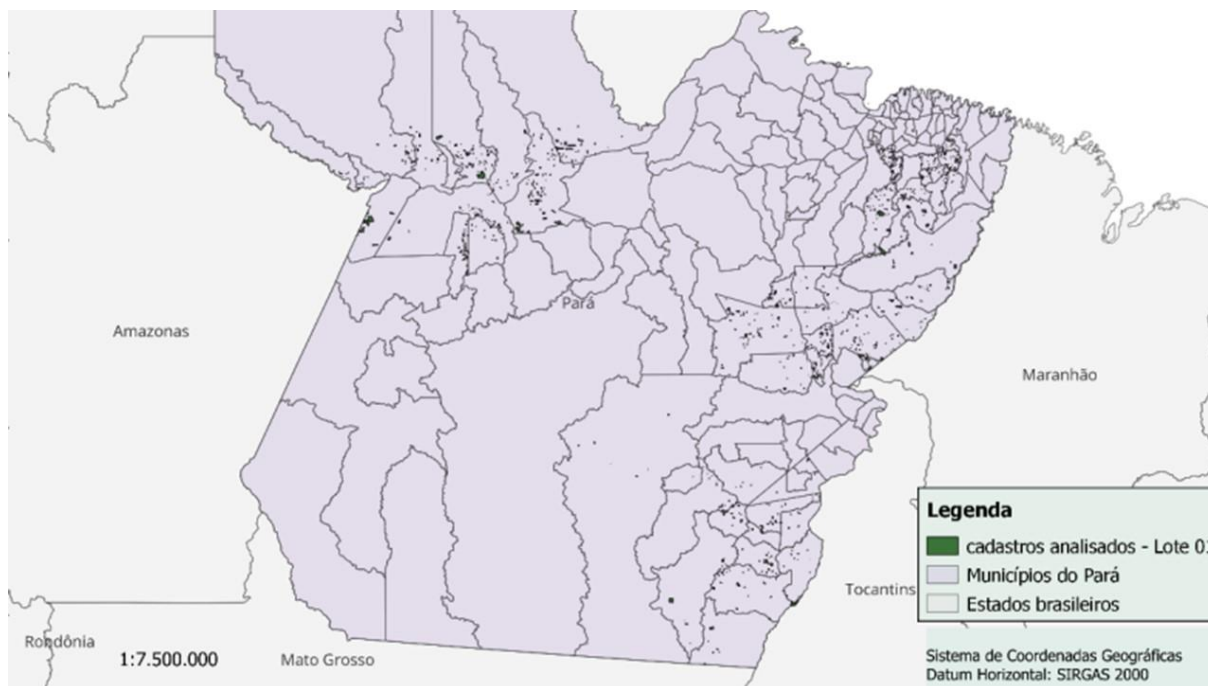


Figura 23: Distribuição dos cadastros de imóveis rurais analisados de 51 municípios em quatro regiões de integração: Rio Capim, Lago de Tucuruí, Baixo Amazonas e Rio Araguaia

Em apoio a finalização das análises de cadastros de imóveis rurais, também está sendo apoiado na SEMAS-PA a retificação de 2000 CAR em São Félix do Xingu, região de integração do Xingu e região do Baixo Amazonas priorizando as análises já realizadas pelo ASL. No primeiro semestre de 2024 foram retificados 800 cadastros o que possibilitou a finalização/validação de 684 cadastros.

Manejo e concessão florestal

Fase 1

No primeiro semestre de 2024 o Serviço Florestal Brasileiro conduziu atividades voltadas para a análise da intervenção antrópica, estudos de logística e precificação e avaliação das concessões já em execução. A análise antrópica teve como objetivo realizar um estudo multitemporal detalhado da intervenção antrópica nas Flonas do Jamanxim e Trairão no Pará, e Aripuanã e Urupadi no Amazonas, com enfoque particular na preparação de anexos para futuros editais de concessão florestal.

Este trabalho é fundamental para entender as dinâmicas de uso do solo e as pressões sobre essas áreas, fornecendo informações importantes para o planejamento de estratégias de gestão e conservação florestal. As análises indicam que, embora existam desafios significativos relacionados ao desmatamento, degradação florestal, queimadas e exploração seletiva de madeira e outros antropismos, grande parte das áreas das Flonas ainda permanece relativamente intocada. Isso demonstra a eficácia das medidas de proteção e conservação atualmente em vigor. No entanto, os picos de atividade antrópica em determinados períodos e locais apontam para a necessidade de estratégias de manejo e conservação mais adaptativas e robustas.

Em continuidade aos estudos preparatórios para a realização das concessões florestais em parceria com o SFB estão sendo realizados os estudos das condições de logística de transporte das capacidades produtivas instaladas e das infraestruturas existentes para a exploração, processamento e comercialização de produtos e serviços florestais. Além de levantamento de dados

para a estimação do valor do preço mínimo da madeira em pé para as Flonas do Aripuanã, Urupadi, Jamanxim e Trairão. Esse diagnóstico compõe os estudos técnicos para elaboração de editais de concessão.

A avaliação dos impactos social, econômico e ambiental das Concessões Florestais Federais está em processo de contratação. Esta consultoria, dentre outras ações, visa a apoiar na aplicação dos indicadores, elaborados pela Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento, para analisar os benefícios da Concessão Florestal do ponto de vista econômico, ambiental e social nos municípios da região de influência das concessões avaliadas. A avaliação de parâmetros relacionados ao impacto das Concessões Florestais ao longo do tempo é importante para analisar os resultados desse instrumento de política pública.

Os principais aspectos a serem abordados, no que tange às características sociais, relacionam-se às questões demográficas locais, compreendendo quesitos como o crescimento populacional, migrações, natalidade e mortalidade e o nível de qualidade de vida da população do município quanto aos aspectos de renda, pobreza, educação e saúde e, também, um estudo de caráter qualitativo, em que será retratada a percepção local sobre as concessões florestais. Já em relação aos impactos econômicos, procurar-se-á avaliar o desenvolvimento da economia local, infraestrutura e a oferta de produtos florestais. E, por último, no que tange aos impactos ambientais, observar questões como a conservação de áreas de proteção integral no município, a existência de conselho de meio ambiente, o desmatamento, as queimadas e a geração de energia por biomassa.

Fase 2

O apoio para concessão florestal terá continuidade na Fase 2, o SFB é responsável pelas atividades aprovadas nesse tema no POA 2, sintetizadas no Quadro 21 abaixo.

Quadro 21: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de concessão florestal

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Concessão para recuperação	2	150.000,00	Apoio a divulgação das primeiras concessões florestais para recuperação pelo SFB.
Concessão florestal	1	900.000,00	Consultoria para diagnóstico da situação fundiária de Glebas Públicas com interesse para concessão florestal no AM e no PA pelo SFB.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Instrumentos de políticas públicas para promoção de conservação, uso sustentável e recuperação da vegetação nativa

Fase 2

No quadro abaixo apresentamos as ações planejadas no POA 2 da Fase 2 para a construção de instrumentos de políticas públicas nos temas apoiados pelo ASL.

Quadro 22: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de instrumentos de políticas públicas

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
-------	------------------	-----------------	-----------------------------------

Acordos de Pesca	1	60.000,00	Consultoria para reformulação da Instrução Normativa dos acordos de pesca do Amazonas pela SEMA-AM.
Elaboração de Plano Estadual de Biodiversidade	6	205.880,00	Apoio para reuniões com insumos para atividades de moderação, combustível e diárias. Atividade proposta pela SEMA-AC.
Plano de gestão e Conselho Gestor de UC	3	200.000,00	Contratação de consultoria para realização de oficinas pela SEMA-AM.
Plano de Manejo Integrado do Fogo	1	23.000,00	Provimento de diárias e combustível e compra de insumos para implementação do plano na FLONA Bom Futuro pelo ICMBIO.
Regulamentação de APAs	1	200.000,00	Contratação de consultoria e apoio logístico para eventos pela UO MMA.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Monitoramento de áreas em recuperação

Fase 2

Um dos objetivos da Fase 2 é atuar no monitoramento de áreas em recuperação apoiadas pela Fase 1, de forma que o Projeto ASL possa acompanhar a evolução e resultados das ações. No Quadro 23 abaixo apresentamos as ações planejadas no POA 2 da Fase 2 para o monitoramento de áreas em recuperação.

Quadro 23: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 3 no POA 2 para o tema de monitoramento de áreas em recuperação

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Mapeamento de áreas degradadas	2	522.000,00	Consultorias para aplicação de questionários e sistematização de informações das áreas degradadas de UCs Federais na Amazônia Legal e para georreferenciamento de 100% de áreas degradadas na FLONA de Tefé pelo ICMBIO.
Mapeamento de áreas para regeneração natural	3	1.000.000,00	Contratação de consultoria para sistematizar informações a partir de dados de sensoriamento remoto pela SEMAS-PA e, pela SEMA-AC, consultoria para elaboração de mapas de uso do solo.
Mapeamento de áreas para recuperação	1	200.000	Contratação de consultoria pela UO SEMA-AM.
Monitoramento de restauração	1	1.817.000,00	Pela SEDAM-RO serão adquiridos insumos para sistema de monitoramento. Pelo ICMBIO será contratada consultoria com o mesmo fim. Pelo MMA será

contratada consultoria para desenvolver
plataforma de cadastro e monitoramento
de projetos de recuperação,

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Componente 4 - Coordenação de Projetos, Capacitação e Cooperação Regional

Esse componente tem por objetivo garantir a articulação institucional do projeto internamente, dinamizando a relação entre os diversos atores envolvidos no país e garantindo o funcionamento e a boa gestão do projeto. De forma que as ações de comunicação foram planejadas para potencializar a divulgação das atividades realizadas pelas Unidades Operativas por todos os públicos interessados do local ao regional e contribuir para a articulação e o intercâmbio interinstitucional. Além disso, este componente inclui ações de capacitação e intercâmbio realizadas pelo projeto nos territórios de atuação.

Neste primeiro semestre, a Fase 1 apoiou a participação das Unidades Operativas em eventos com temáticas relacionadas ao Projeto, como, por exemplo diversidade biológica e corredores de conectividade na Amazônia. E, também com recursos da Fase 2, o Projeto promoveu encontros e processos de gestão interna como a revisão de indicadores, a oficina de integração com o Departamento de Educação Ambiental e o planejamento do POA 2 da Fase 2. Como resultado dessa última, no POA 2 estão previstas 48 atividades para o componente 4 pela UOs SEMA-AC, SEMA-AM, SEMAS-PA, ICMBIO e MMA, totalizando o valor de R\$ 3.713.490,00. Participação de Unidades Operativas em eventos de temas relevantes para o projeto.

Fase 1

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

A 26ª Sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico da Convenção sobre Diversidade Biológica - SBSTTA-26, realizada entre 10 e 20 de maio, e a 4ª Reunião do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI-4) de 21 a 29 de maio, em Nairobi no Quênia, estão no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As reuniões trataram da negociação de documentos preparatórios, que serão apreciados pela COP-16 da CDB, a ocorrer em outubro deste ano, na Colômbia. Durante o SBSTTA-26, o MMA apoiou a delegação brasileira, principalmente, na análise de documentos e construção do posicionamento brasileiro relacionados à definição de indicadores para o novo Marco global de Kunming-Montreal da Biodiversidade, conservação de ecossistemas marinhos e definição de critérios para a revisão de áreas marinhas ecologicamente significativas (EBSAS, na sigla em inglês).

A delegação brasileira participou da coordenação de Side-Event proposto pelo Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (DCBio), em que debateu os avanços dos países amazônicos, em especial o Brasil, Colômbia e Peru, na atualização de suas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAPs, na sigla em inglês).

No SBI-4, houve a análise de documentos e construção do posicionamento brasileiro relacionados aos critérios para a avaliação do progresso e monitoramento dos compromissos assumidos no âmbito da CDB. Ainda houve, negociações relativas aos mecanismos financeiros para implementar esses compromissos na Convenção.

Durante ambas as reuniões, foi possível realizar reuniões bilaterais com parceiros nacionais e internacionais, para discussão de potenciais parcerias para a implementação da Estratégia e Planos

de Ação Nacionais para a Biodiversidade no Brasil. Foram realizadas reuniões com representantes do Governo da Colômbia, Projeto Early Action Support/PNUD, NBSAP Accelerator Global Partnership, WCMC/UNEP, CI, WWF-Brasil, TNC-Brasil, CBDS, TNC-Global, ONU Habitat, entre outros.

Conservação da biodiversidade

A 69ª reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia (CIB) ocorreu entre os dias 24 de abril a 07 de maio, em Bled na Eslovênia, com foco na discussão sobre o Plano de Manejo para Conservação dos botos amazônicos, uma iniciativa conjunta entre Brasil, Colômbia, Peru e Equador. O Comitê Científico endossou os dois CMPs (Conservation Management Plans) que o MMA apresentou, para o boto-cinza e boto-de-Lahille.

Após a aprovação no Comitê Científico, os CMPs seguirão para aprovação no Comitê de Conservação, e após esta etapa, para aprovação na reunião da Comissão, que acontecerá em setembro deste ano, em Lima, no Peru. Com a aprovação destes CMPs, o Brasil passará a ser parte de 5 CMPs na CIB (botos amazônicos, franciscana, baleia franca, boto-cinza e boto-de-Lahille). Com o grande número de CMPs na América Latina, e com a redução da frequência de realização das reuniões do Comitê Científico, que passarão a acontecer a cada dois anos (e não mais anualmente), a delegação brasileira trabalhou para a apresentação de uma proposta de reunião interseccional exclusiva para os CMPs da América Latina, com o objetivo de manter o bom andamento dessas iniciativas e otimizar a utilização de recursos da Comissão. A proposta elaborada foi bem recebida e priorizada pelo Comitê Científico para financiamento pela CIB.

Além destes resultados, também houve uma discussão sobre o turismo que envolve o nado com os botos amazônicos. Foram apresentadas imagens de animais com lesões e mutilações, em situações que colocam em risco os animais e os humanos que estão em contato direto com eles. Este assunto deverá ser tratado internamente no Brasil, em conjunto com IBAMA e ICMBio. Atualizações sobre o tema poderão ser apresentadas no próximo Comitê, em 2026.

Corredores de Conectividade na Amazônia

O Encuentro de Corredores de Conectividad, realizado nos dias 22 e 23 de maio, em Quito no Equador teve como objetivo promover entre as organizações e representantes governamentais, o compartilhamento dos avanços na elaboração de instrumentos de planejamento e gestão de Corredores Ecológicos de Conectividade e realizar intercâmbio de experiências. Foram apresentados os resultados do Projeto ASL e contribuição de suas ações para conectividade entre áreas protegidas e seus interstícios, mediante ações de restauração, cadastramento ambiental rural e acordos de gestão participativa (apresentado pela CI-Brasil) e o Programa Conecta.

Manejo Florestal Comunitário e Familiar

O Seminário sobre Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia, ocorrido de 26 a 28 de junho, em Belém do Pará, foi organizado pelo Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF), uma rede composta por 54 organizações da sociedade civil que teve como objetivo, retomar a agenda do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira e resgatar e fortalecer o Programa Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, criado por meio do Decreto n°6.874/2009, revogado em 2021.

No último dia do evento, Fabíola Zerbini, a diretora do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, participou da mesa “Programa Federal e as políticas estaduais para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar”, onde apresentou o texto do novo decreto presidencial que institui o Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PNMFCF) e que será lançado no mês de setembro. O dispositivo tem como objetivo fomentar os

empreendimentos florestais comunitários ou familiares, que resultem em conservação ambiental e geração de renda.

POA 2 Fase 2

Além disso, na Fase 2 o planejamento do POA resultou na definição de eventos que terão a execução ou a participação de representantes das UOs custeadas por essa fase do projeto em 2025, com o objetivo de promover as agendas do projeto, permitir a participação das UOs em eventos relevantes e promover capacitação e intercâmbio.

Quadro 24: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para promoção e participação em eventos, capacitação e intercâmbio

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Acordos de pesca	1	150.000,00	Provimento de diárias, passagens e materiais para reuniões com pescadores e outros envolvidos para remobilização de acordos de pesca pela SEMAS-PA.
Conservação da fauna aquática	8	127.100,00	Provimento de diárias, passagens e materiais e contratação e consultoria para realização de um seminário de conservação da fauna aquática pela SEMA-AC.
Promoção de atividades de bioeconomia	7	601.000,00	Pelo ICMBIO, contratação de consultoria para capacitação de servidores em PSA e provimento de passagens e diárias para oficina sobre cadeias da bioeconomia e associativismo no Juruá. Diárias e passagens para participação de técnicos da SEMA-AC em eventos com temas relacionados. Pelo MMA apoio a atividade de cestaria de mulheres do Juruá.
Restauração florestal	4	122.550,00	Provimento de diárias e passagens para capacitação de técnicos pela SEMA-AC.
Monitoramento de quelônios	6	279.340,00	Provimento de diárias, combustíveis e materiais para ações de monitoramento de quelônios pela SEMA-AC e pelo MMA.
Gestão de IMA	1	30.000,00	Provimento de insumos logísticos para reuniões do Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central pela SEMA-AM.
Gestão de UCs	6	131.500,00	Contratação de consultoria e provimento de diárias, combustíveis e materiais para evento de intercâmbio entre gestores de UCs pela SEMA-AC.
Participação em eventos	4	900.000,00	Execução da Missão de Supervisão e Apoio à Implementação do segundo semestre de 2025 e de oficinas de planejamento do POA 3 (2025/2026) e provimento de passagens e

diárias para eventos de interesse do projeto.
As ações são executadas pelo MMA.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Atividades de gestão do Projeto ASL

Fase 1

Aquisição de equipamentos e licenças para UCP

Foram adquiridos dois notebooks para o Departamento de Florestas (DFLO) e também licenças do software adobe para equipe técnica da UCP.

Oficina de Integração entre SBIO e o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania

A oficina foi realizada em 12 de março de 2024 e contou com a participação de 30 servidores da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) e do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA), bem como, convidados representantes da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria Nacional de Bioeconomia e do ICMBio (Figura 24). O objetivo consistiu em mapear oportunidades de integração de ações e sinergias entre a SBIO e DEA, de forma a promover um ambiente participativo e de cooperação interinstitucional que potencialize a colaboração entre diretorias do MMA, associadas a temas de projetos coordenados pela SBIO.



Figura 24: Oficina de Integração entre SBIO e o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania realizada no dia 12 de março de 2024.

A oficina promoveu um ambiente participativo, permitindo a identificação de sinergias que foram documentadas em uma planilha e a elaboração de um roteiro metodológico para facilitar futuras oficinas. Além disso, o DEA apresentou uma proposta metodológica de Educação Ambiental Transversal, a ser incorporada nos projetos de conservação coordenados pela SBIO. A atividade permitiu a participação do DEA na elaboração do POA 2 da Fase 2 com a inserção de atividades de educomunicação, que serão implementadas a partir de 2025.

Fase 2

Revisão do plano operativo anual ciclo 2024-2025 para a fase 2

Ao reavaliar as ações e atividades previstas no Segundo Plano Operativo Anual, surgiu a necessidade de revisar as ações na área alvo do projeto e ampliar atividades focadas no fortalecimento e na integração da paisagem nos cinco Instrumentos de Gestão Integrada (IMA), principal indicador da Fase 2. A UCP, em conjunto com a FGV, retomou a articulação com as partes interessadas do território e parceiros estratégicos, como SEMA-AM, UNESCO, Mosaico do Baixo Rio Negro, associações locais e a sociedade civil, essa mobilização foi fundamental para a construção coletiva de um Plano Operativo aderente aos objetivos, metas e indicadores do projeto.

Com o objetivo de conceber um planejamento robusto, foram realizadas reuniões semanais de março a junho, promovidas pelo SBIO, em diversos formatos, contando com a participação da UEP-FGV, da UO SEMA-AM, dos departamentos do MMA que atuam no projeto (DAP/MMA, DCBIO/MMA, DFLO/MMA, DEA/MMA e SBC/MMA), da Unesco – executora do Projeto Amazônia que compartilha objetivos e território de abrangência com o ASL –, do Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) – composto por 14 organizações governamentais e da sociedade civil –, e do Fórum Território Médio Juruá (FTMJ) – composto por 14 associações locais. Dessa forma, foi possível levantar as necessidades do território, verificar sobreposições e listar propostas de associações locais e da sociedade civil. Como resultado o POA 2 foi complementado com 43 atividades propostas pelas organizações representativas do Mosaico do Baixo Rio Negro e do Médio Juruá, totalizando um orçamento de R\$ 5.687.626,28, que representa 22% valor total planejado para o POA 2 e será executado pelo MMA em parceria com as organizações proponentes.

Seminário de apresentação da proposta e reunião com instituições públicas parcerias sobre o Projeto ASL Xingu

O Seminário de Apresentação da Proposta da Fase 3 do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia foi realizado em Altamira-PA, no dia 16 de maio de 2024, contando com a presença de 40 participantes de 21 instituições, incluindo gestores federais, estaduais, municipais e representantes da sociedade civil da região do Baixo Xingu. Os objetivos do primeiro dia do seminário foram: (i) proporcionar o alinhamento geral entre as partes interessadas sobre a proposta do ASL Xingu e (ii) colher detalhamentos para a finalização da proposta, além de subsídios para o início do projeto.

O alinhamento com as organizações presentes abrangeu o compartilhamento de conhecimentos e informações sobre a realidade das instituições que atuam nas dezessete áreas selecionadas pelo projeto na região do Baixo Xingu. Além disso, foram levantadas percepções sobre ameaças, fragilidades e recomendações para as ações a serem realizadas em cada componente do projeto. O fortalecimento da cooperação e interação entre as instituições participantes também foi uma das principais discussões do seminário.

Em seguida, no dia 17 foi realizada uma reunião com as instituições públicas potencialmente parcerias de execução da Fase 3, em Altamira-PA, com objetivo de aprofundar o alinhamento com parceiros a partir dos resultados do seminário do dia anterior. Além disso, visou colher colaborações sobre o arranjo de governança do projeto, bem como contribuições para a construção de parcerias estratégicas no âmbito do projeto ASL Xingu.

Estiveram presentes 23 representantes de 10 instituições, incluindo gestores federais, estaduais e municipais da região do Baixo Xingu. Essa diversidade de instituições oportunizou a agregação das contribuições de diversos atores e instituições, trazendo elementos relevantes para o início do projeto.

Além disso, na Fase 2 o planejamento do POA resultou na definição de atividades de gestão do projeto.

Quadro 25: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para atividades de gestão

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Atividades de gestão	5	1.005.000,00	Provimento de diárias, passagens e outros insumos logísticos para Missão de Supervisão, oficinas internas e ações de acompanhamento do projeto pela UCP.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Fase 1 e 2

Workshop para revisão dos indicadores (WRI)

A necessidade de revisão do detalhamento dos indicadores das Fase 1 e 2 do projeto ASL Brasil foi percebida pelos atores responsáveis pela execução do projeto e, no caso da Fase 1, a questão foi levantada também durante a Avaliação de Meio Termo do projeto. Assim, a demanda foi comunicada ao Banco Mundial.

Após diálogos para compreender melhor a demanda e as implicações decorrentes, ficou entendido que o texto dos indicadores e as metas não poderiam ser alterados, entretanto as definições relacionadas a mensuração, enunciadas nas colunas “Definição”, “Critérios”, “Requisitos de validação do dado” e “Protocolo” poderiam ser adequadas para melhor entendimento e mensuração dos indicadores do projeto.

O WRI foi, então, organizando em conjunto pela UCP, Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) e Fundação Getulio Vargas (FGV). Como preparação foi solicitado às Agências Executoras e às Unidades Operativas o envio de suas sugestões de alteração anteriormente a realização do evento de discussão e deliberação.

O WRI foi realizando nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2024 em Brasília e contou com representantes das UOs e das UEPs das Fases 1 e 2, da UCP e do Banco Mundial. O workshop foi dividido em três momentos: i. Abordagem sobre conceito e construção de indicadores ministrada por Carlos Eduardo Marinello, Chefe de Gabinete da SBIO e Supervisor do Projeto ASL; ii. Plenária de apresentação das propostas enviadas previamente e discussão; e iii. Grupos de trabalho para a reformulação dos indicadores com base nas propostas recebidas e na discussão ocorrida na etapa anterior.

Cabe pontuar que, em atendimento a uma sugestão feita durante a plenária do WRI, a planilha de indicadores foi, posteriormente, editada pela UCP para incluir os valores absolutos e percentuais de atingimento das metas. Os dados apresentados foram referentes aos valores computados até junho de 2023 e apresentados no Relatório de Progresso do 1º semestre de 2023, aprovado pelo Banco Mundial em 5 de dezembro de 2023. A planilha resultante está em revisão pelo UCP para envio ao BM para validação.

Reuniões UCP e Agências Executoras

A UCP mantém agendas contínuas com as agências executoras, com a CI-Brasil as reuniões são quinzenais e com a FGV são semanais. O objetivo principal das reuniões é abordar os principais pontos de atenção do período e tomar decisões sobre as demandas em discussão. O foco é garantir que as ações em execução sejam compreendidas e os coordenadores e as agências executoras possam tomar decisões relevantes para a execução do projeto.

Assessoramento técnico-administrativo

As contratações de consultores individuais para o GT de restauração, a coordenação de comunicação e assistência técnica e administrativa permitiram auxiliar a equipe da UCP do MMA na administração das demandas e na elaboração e revisão de documentos. Esse assessoramento esteve focado em: apoiar a realização de eventos; articular a construção do Plano de Comunicação Integrada; consolidar os termos aditivos dos ACTs da Fase 1; apoiar o desenvolvimento dos grupos temáticos de trabalho (GTs), e consolidar as estratégias de restauração junto aos estados apoiados pelo projeto e as UCs federais selecionadas em conjunto com o ICMBio. Sendo esta última, focada nos processos finais de validação dos TdRs resultados dos trabalhos de mobilização e articulação iniciados há um ano junto aos NGIs Porto Velho (RO), Humaitá (AM) e Terra do Meio (PA).

Com base nas interlocuções com a coordenação do ASL no MMA e com os parceiros, bem como no andamento das atividades do Projeto e na dinâmica do GT Restauração, a assessoria técnica da estratégia de restauração entregou: um conjunto de cinco Termos de Referência (TdRs), construídos e validados em conjunto com o GT Restauração e os Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) do ICMBio e parceiros, incluindo os documentos complementares aos TdRs (Memórias de Cálculo e Informações Complementares); mapas e dados geográficos espacializados, resultantes dos trabalhos de mapeamento e da identificação colaborativa de áreas para restauração em Unidades de Conservação (UCs) federais dos NGIs de Porto Velho, Humaitá e Terra do Meio; os aprendizados do processo de implementação da estratégia de restauração, acompanhados de recomendações para a continuidade das ações de restauração nessas áreas.

Comunicação Integrada do Projeto

Em continuidade ao trabalho iniciado com recursos da Fase 1 e apresentado na seção 6 deste relatório, para a Fase 2 do Projeto estão previstas atividades da comunicação integrada do projeto conforme o Quadro 26 abaixo.

Quadro 26: Atividades planejadas para Fase 2 Componente 4 no POA 2 para comunicação integrada

Temas	Nº de atividades	Valor planejado	Forma de apoio e UOs responsáveis
Plano de comunicação	6	367.000,00	Execução das atividades do Plano de Comunicação Integrada pelo MMA.

Fonte: Elaborado por Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto

6. Comunicação

Estratégia de comunicação integrada

O FUNBIO, em conjunto com o DAP/MMA, a CI-Brasil e a FGV vêm colaborando com o grupo de trabalho que realiza a estratégia de comunicação do projeto. O Planejamento Estratégico de Comunicação do ASL Brasil foi construído de forma participativa, envolvendo as agências executoras e UOs, e foi finalizado no final de fevereiro 2024 com execução ao longo de 12 meses.

O Plano de Comunicação Integrada ([Anexo F](#)) começou a ser executado no primeiro semestre de 2024 por meio de ações que buscam o alinhamento entre as unidades operativas, agências executoras e a Unidade de Coordenação do Projeto, além da divulgação de resultados que visam dar visibilidade ao projeto a nível nacional e regional, sempre atrelando o seu impacto aos indicadores regionais e metas globais do projeto.

A Comunicação Integrada do Projeto ASL Brasil, buscou, por meio das atividades executadas, mobilizar ações estruturantes para alinhar a comunicação junto aos parceiros e à identidade visual do projeto, apresentando consistência visual e narrativa interna e externa. Também será possível entender como foi fortalecida a ferramenta da ouvidoria do projeto (MSQ) com lembretes constantes de uso, preparação de materiais de divulgação, reuniões de alinhamento com as unidades operativas e empresas contratadas para execução de serviços, além de reuniões de re-sensibilização e alinhamentos de layouts e peças de comunicação para eventos.

Foram promovidas ações que endereçaram a integração da comunicação do projeto, por meio da troca de experiências entre as organizações executoras e unidade coordenadora, fornecendo insumos e propostas de materiais alinhados a uma narrativa unificada sobre os temas do projeto e como eles se conectam à nível regional por meio de seus resultados e suas ações, coerentes com a identidade visual do ASL Brasil e de seus parceiros institucionais. Todas as ações visando atingir os objetivos definidos no plano.

Foi realizada também a atualização da nova barra de logos do projeto ASL Brasil em todos os veículos mídia do projeto, TDRs, ETs, relatórios, powerpoints, documentos, entre outros.

Ações que geram impacto

O Plano de Comunicação Integrada tem como objetivo geral divulgar as ações e resultados do ASL Brasil visando aumento da visibilidade do projeto, seus temas prioritários, da Amazônia brasileira, além de engajar partes interessadas dos âmbitos regional, federal, estadual e local, e público externo sensível aos temas apoiados pelo projeto. Após a definição do objetivo geral, a comunicação integrada (Executoras e Coordenação) definiu os objetivos específicos e três estratégias principais para endereçá-los. Sendo os objetivos específicos:

1. Promover a comunicação integrada e alinhada entre os diversos atores envolvidos no processo de implementação do ASL Brasil, a fim de fortalecer o fluxo de comunicação institucional/interna e facilitar a troca e a divulgação de informações;
2. Promover o projeto ASL e torná-lo conhecido entre seus parceiros, beneficiários e sociedade em geral;
3. Comunicar os editais e oportunidades que o projeto propõe, promovendo transparência;

4. Comunicar educativamente sobre a importância da Amazônia e da gestão integrada de suas paisagens por meio de temas do projeto;
5. Engajar públicos-alvo nas metas e objetivos do projeto;
6. Divulgar e promover o MSQ - Mecanismo de Sugestões e Queixa.

Para alcançar os objetivos acima, a Comunicação Integrada dividiu os objetivos em três frentes, sendo elas a de comunicação interna, comunicação institucional e comunicação externa. Priorizando três estratégias em cada, sendo elas: MOBILIZAR (com ações que precisam ser iniciadas dentro da comunicação interna, externa e institucional), FORTALECER (com ações que já existem e precisam ser fortalecidas dentro da comunicação interna, externa e institucional) e PROMOVER (ações que objetivam visibilidade e divulgação do projeto para repercutir em nossos canais, mídias etc).

Comunicação institucional

Durante o primeiro semestre de 2024 foi executado na comunicação institucional do projeto:

- A contratação do designer para desenvolver produtos alinhados à identidade visual do projeto a nível regional (Programa ASL) e local (ASL Brasil) pela Fase 1.
 - Produção de MODELO EDITÁVEL de cards-base de celebração de datas comemorativas, tal como “Dia da Amazônia”, “Dia das Florestas” etc que contemple fases 1 e 2 do projeto ASL Brasil;
 - Produção de MODELO EDITÁVEL de layout para o retorno do Boletim do projeto;
 - Produção de MODELO EDITÁVEL de layout de apresentação do ASL Brasil;
 - Produção de MODELO EDITÁVEL de card unificado de divulgação de OPORTUNIDADES que contemple ambas as fases do projeto;
 - Produção de MODELO EDITÁVEL de banner de divulgação do MSQ que contemple ambas as fases do projeto;
 - Produção da nova barra de logos com inclusão da logo do Programa ASL;
- Elaboração de TdR para fornecer à equipe da Comunicação Integrada acesso a veículos de grande imprensa, pela Fase 1, visando aprofundamento dos temas-chave do projeto a nível nacional (em fase de aprovação no Step).
- Revisão textual do relatório técnico (Dez2023), com sugestões de adaptações de linguagem visando padronização. Colaborando com a construção do primeiro Sumário Executivo do Relatório Técnico (em fase de diagramação).
- Revisão da proposta de site do projeto a ser hospedada no site do MMA - http://www.mma/asl_brasil colaborando com o alinhamento da identidade verbal e visual unificada entre as agências coordenadora e executoras.
- Participação em 4 reuniões do GT de Comunicadores do ASL Regional, visando compartilhamento de informações e matérias para os boletins do Programa ASL – com destaque para os conteúdos sobre Acordos de Pesca e Agentes Ambientais Voluntários do estado do Amazonas.
- Criação do [Plano de Comunicação para a COP16](#) (Anexo G) formalizando a primeira proposta de compartilhamento de experiências via Comunicação Regional, estimulando a integração do Programa em um Webinar de intercâmbio que tem potencial para um possível painel na COP16 que aborde como a experiência do Programa Regional coopera para as metas e indicadores globais da Biodiversidade (aguardando aprovação para execução).

Os produtos das ações de comunicação institucional estão disponíveis no Anexo H (Produtos de comunicação).

Comunicação interna

Durante o primeiro semestre de 2024 foi executado na comunicação interna do projeto:

- Produção de [Relatório de Atividades e Experiências da COP28](#) (Anexo I), visando compartilhar de maneira comunicativa a participação do Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) na COP28 para seus parceiros de coordenação, implementação e financiamento. A participação foi essencial para a ampliação do impacto das ações do projeto, garantindo que suas iniciativas contribuam de maneira significativa para o cumprimento das metas do Acordo de Paris e para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo da Amazônia.
- Realização de **5 reuniões** de sensibilização com os pontos focais de Comunicação das Unidades Operativas, visando o alinhamento para o uso da nova barra de logos, do disclaimer (parágrafo de informações básicas dos parceiros do projeto), promovendo o fluxo de compartilhamento de informações do que ocorre no projeto, resultando na criação de grupos de whatsapp locais que visam a troca das informações do que ocorre em campo e reforços sobre o uso e repercussão do MSQ nas ações do projeto.
- Participação em **30 reuniões** no GT de Comunicação Integrada (CI-Brasil, MMA e FGV Europa), viabilizando as ações previstas no Planejamento Estratégico de Comunicação, revisando conteúdos prioritários, acordados mutuamente e garantindo consistência e alinhamento entre as agências executoras da Fase 1 e 2 e da unidade Coordenadora (MMA) nas ações de comunicação do projeto.

Os produtos das ações de comunicação interna estão disponíveis no [Anexo H](#) (Produtos de comunicação).

Comunicação externa

Durante o primeiro semestre de 2024 foi executado na comunicação externa do projeto:

- Contratação de Plataforma de Clipping e Mailing, pela Fase 1, com acesso a todas as organizações executoras e coordenadora, contribuindo com as estratégias de comunicação interna e externa, viabilizando por meio de uma mesma plataforma monitorar as citações do projeto na imprensa e enviar o Boletim do ASL Brasil.
- Elaboração da Especificação Técnica, pela Fase 1, para a redação de cadernos temáticos, visando a produção e sistematização das histórias do projeto conduzidas por meio de seus temas.
- Publicação de 12 posts sobre temas e ações do projeto nas redes sociais CI-Brasil, com destaque para posts que ressaltam as Salvaguardas socioambientais, queimadas na Amazônia, brigadas comunitárias e dois eventos estratégicos: um de Corredores de Conectividade, no Equador, e o 27º Fórum de Governadores da Amazônia Legal.
- Atualizações de mais de 30 publicações no site de Compras e Operações da CI-Brasil promovendo a transparência das contratações realizadas por meio do projeto.
- Lançamento do CI Explica, editoria no site da CI-Brasil que comunica de forma educativa e simples temas sobre a natureza, com [duas postagens já realizadas](#) dando relevância aos temas do projeto ASL Brasil.

- Redação de 8 notas compartilhadas no site de notícias da CI-Brasil e na página do projeto, compartilhando ações, entregas e eventos realizados e participados.
- Website da FGV dedicado ao projeto ASL 2: Conforme previsto no último relatório de progresso, durante o 1º semestre de 2024, o *website* da FGV dedicado ao projeto ASL 2 continuou em produção. Equipes da UCP/MMA e do UEP/Banco Mundial revisaram-no e enviaram sugestões de ajustes que foram incorporadas até a sua finalização em consonância com essas revisões. Dessa forma, o novo *website* ASL 2 da FGV <https://asl-brasil.fgv.br/> foi lançado no dia 10 de maio de 2024.
 - A conclusão da construção desse website foi um marco importante para o projeto. Trata-se de uma ferramenta poderosa para divulgar, promover, engajar, e expandir o projeto e suas ações. Outrossim, funciona como um legado do projeto assegurando que o impacto, as contribuições e a sua memória sejam preservados e acessíveis no futuro. Adicionalmente, permite:
 - Aumento de visibilidade e presença online do projeto tornando-o acessível para um público global.
 - Controle do conteúdo, layout e suas funcionalidades, de acordo com as necessidades do projeto e do público-alvo.
 - Divulgação de uma imagem executiva do projeto, trazendo maior profissionalismo e credibilidade junto aos *stakeholders*, beneficiários, potenciais investidores, clientes ou parceiros.
 - Centralização de informações, como um *hub* que reúne todas as informações relevantes do projeto, incluindo descrições, objetivos, status, atualizações, contatos, oportunidades de contratações e aquisições, notícias, eventos, documentos importantes, entre outros.
 - Facilidade de acesso a recursos, como downloads de arquivos, formulários de inscrição, contato para ouvidoria e Mecanismo de Sugestões e Queixas (MSQ), Termos de Referência (TDRs) e outros materiais relacionados ao projeto.
 - Flexibilidade e escalabilidade, relacionada com a facilidade com que é possível atualizar e incluir novos conteúdos conforme o projeto evolui, permitindo adicionar novas funcionalidades, seções ou informações sob demanda.

Os produtos das ações de comunicação externa estão disponíveis no [Anexo H](#) (Produtos de comunicação). Além disso, no [Anexo J](#) (Resultados de comunicação) apresentamos o clipping do projeto para o período e o alcance de publicações realizadas pelas agências executoras.

Mecanismo de Sugestões e Queixas – MSQ

As sensibilizações sobre o MSQ continuam fazendo parte da rotina da comunicação. É prioridade apresentar e falar sobre a ferramenta em todas as ações/iniciativas do projeto. O projeto ASL Brasil não recebeu novas queixas, elogios ou denúncias nos canais das agências executoras. No entanto, vale ressaltar que a ferramenta continuou sendo um canal ativo de comunicação entre o projeto, parceiros e públicos de interesse.

Nesse sentido, a CI-Brasil recebeu mensagem no Whatsapp de um parceiro local que manifestou que estava testando a ferramenta e outra pessoa manifestou o interesse de encaminhar seu currículo. Ambas as mensagens foram respondidas: oferecendo canais onde poderiam receber

mais informações sobre o projeto no site da CI-Brasil e colocando o projeto à disposição para outras dúvidas.

No momento do lançamento do website da Fase 2, foi ajustado também o formulário MSQ que se encontra de fácil acesso. Foi desenvolvido um banner carrossel na página home do website que conduz diretamente para a página de Contato e Ouvidoria do Projeto. O acesso a ferramenta foi também disponibilizado através da aba designada “Contato” onde reside a seguinte informação:

ENTRE EM CONTATO:

- Comunicação: ASL2.Comunicacao@fgv.br
- Compras e contratação de serviços do projeto: asl.compras@eu.fgv.br

MSQ - MECANISMO DE SUGESTÕES E QUEIXAS:

- Ouvidoria: ASL2.Ouvidoria@fgv.br
- Formulário online para Sugestões e Queixas: <https://ee.kobotoolbox.org/x/SZcqIR5f>
- Código QR diretamente para o formulário online de Sugestões e Queixas:



Figura 25: Código QR para formulário do Kobotoolbox.

Foi também criado um código QR que direciona diretamente para o formulário MSQ no Kobotoolbox. Este código QR é usado em vários materiais de comunicação do projeto pela Fase 2, sempre que necessário.

Importante ressaltar a consistente mobilização em torno da divulgação da ouvidoria. Além do reforço realizado pelas Coordenações Técnicas locais em reuniões periódicas, também foi reforçado nas reuniões com as ASCOMs dos estados e em encontros online com os pontos focais do projeto.

7. Salvaguardas Socioambientais

Fase 1

Componente 1

Durante o período, o FUNBIO avançou com contratações e aquisições essenciais para o Programa ARPA, focando em atividades relacionadas ao progresso e manutenção dos marcos referenciais apoiados. Consultorias foram contratadas para diversas finalidades, e foram adquiridos insumos e serviços logísticos para atividades de campo e participação social nas Unidades de Conservação (UCs). Cada contratação passa por uma análise minuciosa pelas instâncias do Programa, conforme o manual operacional estabelecido. O FUNBIO realiza uma avaliação criteriosa em última instância, assegurando que as atividades e insumos estejam em conformidade com as premissas de salvaguardas e elegibilidade do Programa.

Os contratos resultantes atendem a normas e cláusulas de segurança operacionalizadas pelo FUNBIO, destinadas a prevenir impactos adversos conforme as políticas de salvaguarda. Além disso, os parceiros gestores das UCs recebem capacitação do FUNBIO sobre as diretrizes de salvaguardas e os canais de queixas e reclamações. Importante ressaltar que, durante este período, o canal destinado a reportes de Salvaguardas relacionados ao ASL não foi acionado.

Componentes 2, 3 e 4

Em 2023 a metodologia para monitoramento de salvaguardas passou por um processo de revisão, envolvendo diferentes níveis, apresentadas no quadro a seguir. Além dos níveis definidos na proposta de monitoramento de 2023 temos algumas etapas adicionais como a avaliação preliminar das atividades previstas nos planos operativos anuais; avaliação da localização geográfica, a fim de identificar Terras indígenas em áreas limítrofes ou sobrepostas; elaboração participativa dos planos de gestão socioambiental; revisão e análise dos planos de trabalho, planos executivos e produtos e monitoramento em campo para monitoramento de salvaguardas socioambientais.

Quadro 27: Proposta de monitoramento de salvaguardas socioambientais

Proposta de monitoramento de salvaguardas socioambientais
Nível 0: Capacitação anual dos atores envolvidos
Nível 1: Aplicação do formulário de salvaguardas (lista de verificação socioambiental) atualizada para avaliação preliminar e identificação das atividades que devem adotar medidas preventivas ou mitigadoras conforme as diretrizes de salvaguardas.
Nível 2: Preenchimento do plano de gestão socioambiental para as atividades que devem incorporar medidas preventivas ou mitigadoras conforme as diretrizes das salvaguardas identificadas no Nível 1.
Nível 3: análise durante a elaboração de TDRs e ETs e proposição de medidas preventivas ou mitigadoras.
Nível 4: Inserção de texto padrão sobre salvaguardas nos TDRs, ETs e Contratos.
Nível 5: Monitoramento da implementação do plano de gestão durante a execução da atividade (monitoramento do plano de gestão)

Nível 6: Reporte semestral do quadro do plano de gestão socioambiental e das atividades que envolvam participação social no relatório de progresso (reporte do monitoramento)

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Capacitações Anuais

No dia 18 de março de 2024 foi realizado um treinamento online ministrado pela equipe de salvaguardas do Banco Mundial e organizado pela CI-Brasil. A capacitação teve a participação de 44 pessoas, incluindo os coordenadores regionais da CI-Brasil e pontos focais das Secretarias do Meio Ambiente e órgãos ambientais dos estados do Pará, Rondônia, Acre e Amazonas, além de representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Nos dias 4 e 5 de maio foi realizado o Encontro ASL com as equipes de diferentes áreas da Conservação Internacional envolvidas no projeto e no dia 5 de maio de 2024 foi realizada uma apresentação sobre salvaguardas socioambientais para vinte colaboradores que participaram do evento.

Nestas capacitações foram apresentadas as políticas de salvaguardas do projeto ASL, os níveis e etapas para monitoramento das salvaguardas, a Lista de Verificação Socioambiental e os documentos norteadores (Marco Socioambiental, Marco de Políticas com Povos Indígenas, Matriz de Processo, Plano de Engajamento das Partes Interessadas) e o Mecanismo de Queixas e Sugestões.

Aplicação do formulário de salvaguardas e preenchimento do plano de gestão socioambiental

No primeiro semestre de 2024, as atividades dos Componentes 2, 3 e 4 envolveram atividades de restauração florestal, incluindo a implantação de sistemas agroflorestais, elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, retificação e análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR para Elaboração de Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas ou Alteradas no âmbito dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) estaduais e realização de cursos e estudos para concessão florestal e para o desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Foi realizada uma triagem inicial das atividades do POA 4 para monitoramento de salvaguardas considerando as políticas de salvaguardas e avaliação da localização geográfica, a fim de identificar Terras indígenas em áreas limítrofes ou sobrepostas. Depois dessa triagem inicial foi enviado a última versão da lista de verificação socioambiental – Formulário de Salvaguardas 2024, sistematizada no programa Kobo para preenchimento pelos pontos focais das unidades operativas.

Foram enviados 28 formulários, mas somente 15 foram respondidos pelas unidades operativas, tendo destaque o preenchimento pelo ICMBio, IDAM-AM e Funtac-AC. É importante ressaltar que a última questão do formulário para preenchimento do plano de gestão socioambiental para identificação dos potenciais riscos e impactos e medidas para redução e mitigação foi preenchido de forma deficitária com informações insuficientes.

Quadro 28: Envio e preenchimento da Lista de Verificação Socioambiental

UO	Enviados	Preenchidos	Planos de Ação
ICMBio	9	9	9
MMA	2	1	1
IDAM-AM	3	3	3
SEMAPI-AC	3	0	0

FUNTAC-AC	2	2	2
SEDAM-RO	3	0	0
IDEFLOR-BIO	2	0	0
SEMAS-PA	4	0	0
TOTAL	28	15	15

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Este é um dos principais desafios no monitoramento das salvaguardas que precisa ser melhorado: os instrumentos para avaliação preliminar de impactos ambientais e sociais das atividades. O formulário de salvaguardas (lista de verificação socioambiental) tem questões muito abrangentes que não conseguem captar as especificidades necessárias para identificar riscos e/ou impactos e as medidas preventivas ou mitigadoras e tem sido frequente o não preenchimento do formulário ou respostas insuficientes na questão relacionada ao preenchimento dos planos de gestão socioambiental para monitoramento das salvaguardas.

Uma das possíveis soluções encontradas será elaborar os planos de gestão socioambiental de maneira participativa com as unidades operativas e com as empresas executoras.

Utilizando como subsídios as respostas da questão 21 para aquelas atividades que os pontos focais responderam o formulário de salvaguardas – lista de verificação socioambiental, complementando as informações, identificando os potenciais riscos e/ou impactos e propondo medidas para potencializar os impactos positivos e evitar, reduzir ou mitigar os impactos sociais e ambientais negativos, conforme as diretrizes das salvaguardas.

Além disso, os planos de trabalho e planos executivos por conterem um maior detalhamento das subatividades que serão executadas, também oferecem subsídios importantes para o preenchimento dos planos de gestão socioambientais.

Para que os planos de gestão possam ser elaborados e se tornem um instrumento efetivo para o monitoramento das salvaguardas, estão previstas novas capacitações em salvaguardas para as unidades operativas e colaboradores do projeto ASL para orientação dos planos de gestão socioambientais e metodologias para identificação dos riscos e impactos sociais e ambientais e as medidas para prevenção e mitigação.

Análise de Termos de Referência e Especificações Técnicas

O monitoramento das salvaguardas também envolveu a análise e correção de termos de referência e especificações técnicas para a contratação de produtos e serviços nos diferentes temas apoiados pelo projeto. Como existem atividades variadas, foi proposto um texto padrão com recomendações de salvaguardas para serem incluídos nas especificações técnicas e termos de referência. Entre estas recomendações, a realização de diagnóstico e mapeamento prévio das áreas a serem restauradas, priorização de espécies nativas, evitando a utilização de espécies com potencial de se tornarem invasoras. Mapeamento das comunidades locais e dos atores sociais que deverão ser envolvidos nas atividades e planejamento de ações para comunicação, engajamento e mobilização social, incentivando a participação de mulheres, jovens e comunidades locais.

Outro aspecto importante foram recomendações específicas para o controle de espécies exóticas invasoras que deverão estar em conformidade com a O.P 4.09 Controle de Pragas do Banco Mundial, as instruções normativas do IBAMA, Nº 3, de 15/07/2016 e Nº 20, de 01/10/2018 que tratam sobre o uso de herbicidas em áreas legalmente protegidas e o Guia de Orientação Para o Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais do ICMBio.

Assim como, o atendimento das normas de saúde e segurança do trabalho em conformidade com a NR 31 que estabelece os requisitos para a segurança e saúde dos trabalhadores nas atividades agrícolas e florestais. Além de medidas emergenciais a serem tomadas em caso de acidentes de trabalho. Também foram recomendadas medidas para a gestão e disposição adequada de resíduos orgânicos, não orgânicos e perigosos em conformidade com a Lei Nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023 que trata sobre o uso de agrotóxicos e a devolução de embalagens.

Além disso, também foram adotadas recomendações gerais para atendimento das políticas de salvaguardas acionadas pelo Projeto ASL Brasil, especificadas no Marco de Gestão Socioambiental, no Marco de Políticas com Povos Indígenas e no Mecanismo de Sugestões e Queixas. No Quadro 29 consta a lista de especificações técnicas e termos de referência revisados.

Quadro 29: Especificações e Termos de Referência Revisados

Especificações Técnicas e Termos de Referência	UO
Contratação de serviço técnico especializado de pessoa jurídica para implantação participativa de 120 (cento e vinte) hectares de sistemas agroflorestais na Reserva Extrativista Chico Mendes	ICMBio
Contratação de serviço técnico especializado de pessoa jurídica para implantação participativa de 100 (cem) hectares de sistemas agroflorestais na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RETA).	ICMBio
Contratação de serviços de consultoria técnicos para realizar caracterização vegetal, monitoramento de regeneração natural, mapeamento de pressões/conflitos e capacitação em 5 UCs federais: REBIO do Jaru, FLONA do Bom Futuro, PARNA dos Campos Amazônicos, FLONA de Urupadi e FLONA do Jamari nos estados de Rondônia e Amazonas, totalizando 22.169 hectares.	ICMBio
Contratar serviço de pessoa jurídica para atividades de diagnóstico ambiental, projeto de restauração, erradicação de gramíneas invasoras e plantio de cobertura em 50 (cinquenta) hectares (ha) na RESEX do Rio Iriri, Estado do Pará.	ICMBio
Contratação de Pessoa Jurídica (PJ) para a prestação de serviços técnicos de erradicação de gramínea exótica invasora e preparo do solo para a recuperação da vegetação nativa em 240 (duzentos e quarenta) hectares (ha), na Reserva Biológica (Rebio) do Jaru, no estado de Rondônia.	SEDAM-RO
Contratação de serviço técnico de pessoa jurídica para identificação e mapeamento de matrizes florestais para implantar a Área de Coleta de Sementes (ACS) da Rede de Sementes do Estado do Acre e produção de manual de orientações para a coleta, manuseio e armazenamento adequado das sementes das espécies selecionadas na área deste TDR.	FUNTAC-AC
Contratação de serviços de pessoa jurídica para execução de serviços de restauração florestal no âmbito do pra através da implantação de 300 hectares com recomposição florestal ativa, em imóveis de agricultura familiar, na área da APA Triunfo do Xingú.	SEMAS-PA

Fonte: Elaborado por Conservação Internacional

Reporte semestral das atividades com monitoramento de salvaguardas

O reporte das atividades, disponível no [Anexo K](#), foi realizado com base na análise e síntese de informações contidas nos produtos entregues neste primeiro semestre de 2024 sobre aspectos relacionados a salvaguardas envolvendo estratégias para o engajamento de partes interessadas, povos indígenas, florestas, habitats naturais e controle de pragas em atividades de restauração florestal.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4

A necessidade de aplicação das políticas de salvaguardas socioambientais para todas as atividades da FASE 2 do ASL é fundamental para o processo de identificação e prevenção de possíveis danos sociais e ambientais. Isso permite determinar a extensão e a natureza dos impactos potenciais do projeto, bem como adotar medidas preventivas e de mitigação para os impactos negativos. Além disso, essas políticas visam incrementar os efeitos positivos por meio da aplicação e avaliação das salvaguardas.

Essas diretrizes têm como objetivo potencializar os impactos positivos, reduzir os impactos negativos e antecipar riscos, estabelecendo medidas para prevenir, minimizar ou lidar com impactos adversos associados às atividades do projeto. Durante o período de janeiro a junho de 2024, no âmbito da FASE 2 do ASL, não houve necessidade de aplicação da Lista de Verificação de acionamento de salvaguardas socioambientais, devido ao baixo risco e à ausência de atividades envolvendo o uso sustentável de recursos naturais e manejo de fauna.

No entanto, para as demais atividades realizadas, o monitoramento da salvaguarda de Gênero e Desenvolvimento (OP/BP 4.20) foi devidamente aplicado. Isso foi feito por meio da verificação da lista de convidados e da aplicação de lista de presença, a fim de evitar qualquer discriminação de gênero na concepção e implementação das atividades. Não foi identificado nenhum outro ponto de atenção no que diz respeito às demais salvaguardas, uma vez que atividades como seminários, reuniões estruturadas e capacitações não geram impactos socioambientais negativos.

Além disso, considerando as premissas de salvaguardas do Programa ASL, para todas as contratações e insumos necessários à execução das atividades previstas, é feita uma avaliação e checagem do cumprimento dessas premissas. Durante a execução das atividades ou até o presente relatório, não foram registradas ocorrências associadas às salvaguardas socioambientais do projeto com potencial impacto negativo.

8. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto

Programa ARPA

Na perspectiva de consolidar as Unidades de Conservação (UCs) até 2026, na Fase 1, alguns desafios na avaliação de desempenho dos Marcos Referenciais do Programa ARPA podem ser críticos. A análise tem destacado que alguns Marcos Referenciais são particularmente difíceis de alcançar devido à complexidade das metas estabelecidas. Além disso, fatores externos, como mudanças políticas, restrições orçamentárias e questões socioeconômicas, têm impactado a execução das ações, dificultando ou até inviabilizando o cumprimento de metas essenciais para a consolidação das UCs.

Engajamento de beneficiários

Na Fase 1, a baixa adesão aos processos de regularização ambiental por parte dos proprietários/possuidores nos estados apoiados pelo projeto. Isso faz com que os processos de regularização ambiental e, conseqüentemente, a restauração fiquem mais lentos e mais distantes de se atingir resultados de impacto.

Elaboração de TDRs

Em razão da demora de finalização dos termos de referência e/ou especificação técnica junto às unidades operativas e a conseqüente publicação e contratação dos serviços, há o descompasso entre a janela climática e a implementação de atividades de restauração. O tempo de execução da atividade muitas vezes não contempla os períodos adequados para cada etapa da implementação, comprometendo a finalização da atividade, principalmente para o período em que se encontra a Fase 1 do projeto e o prazo para a finalização.

Planejamento Operativo Anual

Para a Fase 2, o Planejamento 2022-2024, ou Primeiro Plano Operativo Anual (POA 1), não gerou efeitos significativos nos alcances dos indicadores do projeto. Durante a revisão do Segundo Plano Operativo (POA 2), executada neste semestre e a ser aprovado no Comitê Operativo do Projeto (COP), durante a Missão de Supervisão de Apoio ao Projeto em julho próximo, foram incluídas ações alinhadas aos principais indicadores do projeto. Essa correção de rota visa reduzir os fatores críticos apresentados no último relatório de progresso, concentrando o risco no avanço dos tramites jurídicos e na assinatura dos ACTs com as demais Unidades Operativas. Entretanto cabe ressaltar que o tempo para finalização do POA 2 (9 meses) foi maior que o planejado inicialmente e, como consequência, gerou atraso no início da execução das atividades planejadas para a UO MMA, que já poderia operar por ter ACT assinado.

9. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto

Riscos internos

Velocidade de execução do POA 4 da Fase 1

Elevada concentração de recurso financeiro para atendimento ao indicador prioritário no último ciclo do projeto. Se as atividades preparatórias como a elaboração de termos de referência e especificação técnica e ou análise de propostas financeiras e aprovação de produtos não forem entendidas como ações prioritárias para a implementação das ações planejadas, corre-se o risco de o recurso planejado não ser executado.

Demora na definição do escopo dos serviços a serem contratados e a avaliação das entregas/serviços requer monitoramento constante pois alguns serviços contratados não poderão sofrer extensão de prazo, devido ao prazo final do projeto.

Baixo engajamento das UOs para a implementação das ações do último ciclo do projeto. Para algumas ações planejadas ainda há falta de definição clara do que se quer alcançar.

Acordos de Cooperação Técnica

Lentidão nos processos de tramitação dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), em razão dos processos de tramitação e aprovação em quatro instâncias diferentes: Unidades Operativas, Agência Executora, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Banco Mundial.

Riscos externos

Execução financeira

O principal risco a ser considerado é a não realização do terceiro desembolso do projeto para o Fundo de Transição. A modelagem financeira do Programa ARPA contabiliza a entrada desses recursos para a implementação da estratégia de longo prazo do fundo de transição. Os recursos são importantes para garantir a melhoria de gestão das UCs e manutenção delas ao longo dos próximos anos. Medidas de mitigação do risco vem sendo adotadas, como a solicitação de extensão de prazo do contrato entre FUNBIO e Banco Mundial, além de tratativas por parte do FUNBIO e MMA com o BNDES, no sentido de obtenção de celeridade por parte do Fundo Amazônia, na apreciação e aprovação da proposta submetida.

Queimadas e grilagem

Nas áreas onde estão sendo implementadas processos de restauração, corre-se o risco de queima em função do clima seco na Amazônia, de invasão por parte de grileiros nessas áreas e que pode impactar a continuidade das ações de recuperação ambiental e comprometer o atendimento ao indicador de restauração.

Oportunidades externas

Execução financeira

Ganho cambial favorável do projeto que potencializa a execução de atividades da Fase 1 com resultados para a meta de restauração.

Oportunidades internas

Melhorias na execução do Programa ARPA

Como oportunidades cabe destaque para a possibilidade de discussão dos impactos do Programa ARPA e da estratégia de consolidação das UCs, buscando aprimorar e calibrar expectativas em relação a consolidação das UCs. Durante os últimos anos medidas vêm sendo discutidas e implementadas para lidar com a capacidade de investimento e consolidação em marcos referenciais mais difíceis como, por exemplo, a demarcação de UCs, ou mesmo estratégicos como a revisão de planos de manejo. Espera-se que essas análises e discussões levem a um aprimoramento do Programa.

Gestão do Projeto

Abordagem integrada e estratégica com MMA para as ações de restauração e construção de alianças para o alcance dos resultados.

A convocação as Unidades Operativas para a realização da apresentação do segundo Plano Operativo Anual ao Comitê Operativo do Projeto na Missão de Supervisão em julho próximo, contribuiu como fator predominante para o avanço dos ACTs das demais UOs (SEDAM-RO, SEMA AC, SEMAS-PA e IDEFLOR BIO), assim como os comentários e ajustes feitos no ACT do ICMBIO em fase final de avaliação pela CONJUR.

A Missão de Supervisão executada no Amazonas com visitas às comunidades atendidas pelo ASL na área de intervenção das fases 1 e 2 foi uma oportunidade para a equipe da UEP-FGV vivenciar os desafios logísticos e de fornecimento para atender as necessidades do projeto.

10. Lições Aprendidas

Programa ARPA

Duas áreas principais foram identificadas como pontos de melhoria. Primeiramente, a alta rotatividade de gestores e a necessidade de aprimorar sua compreensão dos objetivos e métricas do Programa ARPA. A falta de conhecimento sobre metas e critérios impacta o planejamento, já que a execução das atividades norteadas para o avanço das metas não é possível sem que o gestor possuía domínio e conhecimento das metas e instrumentos de avaliação de desempenho do Programa. Recomenda-se realizar capacitações e encontros para familiarizar os gestores com os instrumentos do programa, como a FAUC e o plano de consolidação, para uma melhor orientação nas decisões.

Além disso, foi observado que a operacionalização das modalidades de execução de recursos apresenta limitações, apesar das diversas opções de modalidades e dos treinamentos oferecidos. Melhorar o conhecimento dos gestores sobre essas modalidades por meio de comunicações pontuais e estratégicas, e aprimorar as ferramentas são algumas das ações desempenhadas. Com base em recomendações apresentadas no relatório de progresso anterior, MMA e FUNBIO vem trabalhando num plano de ação envolvendo as instâncias de governança do Programa e gestores de UCs, na busca de implementação de melhorias relacionadas a mecanismos operacionais de execução dos recursos.

Salvaguardas socioambientais

O monitoramento de salvaguardas é um processo contínuo com várias etapas e a aplicação da lista de verificação socioambiental tem tido uma baixa efetividade tanto no seu preenchimento quanto na identificação de riscos e impactos. A lista de verificação socioambiental tem questões que muitas vezes não conseguem identificar riscos e/ou impactos e tem sido frequente o não preenchimento pelas unidades operativas e/ou respostas insuficientes na questão relacionada ao preenchimento dos planos de gestão socioambiental, onde deveriam ser apontados os potenciais riscos e/ou impactos das atividades e as respectivas medidas de prevenção e mitigação.

Para que os planos de gestão possam ser elaborados e se tornem um instrumento efetivo para o monitoramento das salvaguardas, uma das possíveis soluções encontradas será elaborar os planos de gestão socioambiental de maneira participativa com as unidades operativas e com as empresas executoras. E realizar capacitações em salvaguardas para as unidades operativas e colaboradores do projeto ASL com orientações para o preenchimento dos planos de gestão socioambiental.

Restauração da vegetação

A estratégia inicial do estado de Rondônia de vincular a restauração ecológica/produtiva com a regularização ambiental mostrou-se complexa devido à necessidade de sincronizar diversas ações e atores, principalmente porque a validação e a assinatura dos Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) dependem da decisão final dos produtores rurais, o que pode gerar incertezas e atrasos, embora a SEDAM-RO e Emater/RO venham empregando esforços significativos na sensibilização e mobilização de produtores(as) rurais. Os mutirões de regularização ambiental vêm gerando um grande volume de adesões, porém, a SEDAM-RO, gestora do processo de regularização, não conseguiu o engajamento dos produtores para assinatura dos TCAs para atender a demanda de restauração planejada de 500 hectares, apoiada pelo projeto. Para mitigar os riscos e acelerar o

processo, a SEDAM-RO ajustou a estratégia para permitir que a restauração ecológica/produtiva ocorra antes da regularização ambiental documental, desde que certos critérios sejam atendidos, tais como:

1. Priorizar as áreas cujos(as) proprietários(as)/possuidores(as) foram sensibilizados(as) e mobilizados(as) pela Sedam-RO e Emater/RO e que já tenham assinado o Requerimento de Adesão ao PPRA/RO;
2. O imóvel deverá ter registro no CAR;
3. A contratada para restauração dos 500 hectares, em caso de imóveis rurais que não aderiram ao PPRA/RO, deverá se comprometer em viabilizar a assinatura do Requerimento de Adesão ao PPRA/RO, o qual deverá ser encaminhado à Sedam-RO, objetivando a inclusão do imóvel beneficiado no processo de regularização ambiental.

A experiência de Rondônia tem demonstrado que vincular a restauração ecológica com a regularização ambiental é uma tarefa complexa e arriscada, exigindo flexibilidade e ajustes estratégicos para alcançar os objetivos do projeto.

Planejamento Operativo Anual

Com base na oficina de indicadores realizada no primeiro semestre de 2024 e na reavaliação detalhada das ações propostas no segundo Plano Operativo Anual (POA), foram realizados ajustes significativos nas atividades planejadas para a Fase 2. Este processo permitiu alinhar as metas às realidades operacionais, identificar gargalos na estratégia de execução das atividades e redefinir a ordem de execução de ações para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos. A iniciativa demonstrou a importância do monitoramento contínuo e da flexibilidade na gestão de projetos complexos, promovendo maior eficiência e impacto nas ações realizadas.

11. Próximos Passos

Programa ARPA

- Realizar reuniões e oficinas com os gestores no âmbito da implementação do plano de melhoria dos mecanismos de execução, na busca de impulsionar a execução das UCs e contribuir para o avanço da consolidação; e
- Acompanhamento da proposta submetida ao Fundo Amazônia, que é condição para 3ª parcela de desembolso do Projeto Paisagens para o Fundo de Transição do Programa ARPA, garantindo a continuidade das ações planejadas.

Restauração da vegetação

- Realizar monitoramento em campo das atividades de recuperação florestal para avaliar a execução e os impactos nos diferentes contratos da Fase 1; e
- Orientar as equipes de coordenadores técnicos e pontos focais das UOs para o monitoramento eficaz dos contratos de restauração florestal da Fase 1.

Salvaguardas socioambientais

- Realizar pelo menos três capacitações no tema de salvaguardas socioambientais, pela Fase 1, fortalecendo as competências técnicas das equipes envolvidas da execução e coordenação do projeto;
- Avaliar e aplicar o formulário de Salvaguardas nas ações previstas no POA 2 da Fase 2, garantindo conformidade com as diretrizes estabelecidas;

Gestão do projeto

- Contratar consultoria para realizar a sistematização das lições aprendidas da Fase 1 e elaborar metodologia para sistematização aplicável a outras fases do projeto;
- Executar Missão de Supervisão e Apoio a implementação em julho de 2024 (realizado);
- Aprovar o segundo Plano Operativo Anual da Fase 2 em julho de 2024 (realizado);
- Priorizar e planejar ações propostas no POA 2 da Fase 2, assegurando alinhamento estratégico e eficiência na execução;
- Aprimorar o processo de execução das atividades da Fase 2 por meio de revisões periódicas e ajustes operacionais;
- Concluir a celebração dos ACTs da Fase 2, ampliando o escopo de implementação do projeto.

Comunicação Integrada

A Comunicação do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia cresceu e qualificou suas entregas e resultados. Visando a continuidade da execução do planejamento estratégico, as próximas prioridades da comunicação dentro do projeto serão:

- Execução do Plano COP16, visando mobilização com os parceiros do ASL Regional;
- Desenvolver um Planejamento da Comunicação com foco no encerramento da Fase 1 do projeto, ressaltando o legado durante a execução da sua primeira fase;
- Fortalecer a produção de conteúdo: notas, postagens, vídeos nas redes sociais das agências executoras, divulgando histórias de beneficiários, números e ações do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia;

- Consolidar a produção de matérias para o site oficial do Projeto ASL no Portal do MMA e nas páginas eletrônicas do projeto nos sites das agências executoras;
- Elaborar o boletim informativo do Projeto ASL Brasil, previsto no plano de comunicação, e divulgar para o mailing do projeto;
- Executar a produção das publicações temáticas previstas no plano de comunicação, visando a construção narrativa do que foi realizado no projeto;
- Executar a captação de imagens de campo e relatos/entrevistas das pessoas impactadas pelo projeto nas missões de supervisão e apoio à implementação (ao menos 3 comunitários por missão e ao menos 2 parceiros);
- Produção de vídeo institucional do ASL com base dos materiais captados durante a Missão de Supervisão no Amazonas em julho de 2024;
- Continuar a fortalecer o fluxo do MSQ para parceiros e beneficiários; e
- Contratar consultorias para elaboração dos materiais de comunicação do ASL Fases 1 e 2.

12. Anexos

Anexo A: [Relatório L – Finanças Específicas do Fundo de Transição para os Doadores](#)

Anexo B: Revisão de Desempenho da Carteira do Banco Mundial - Apresentação do Projeto ASL Brasil

Anexo C: Sistematização de Indicadores ASL 2024-1 final

Anexo D: Unidades de Conservação criadas entre 2017 e 1.2024

Anexo E: Consolidação de Unidades de Conservação ARPA

Anexo F: [Plano de Comunicação Integrada](#)

Anexo G: [Plano de Comunicação para a COP16](#)

Anexo H: Produtos de comunicação

Anexo I: [Relatório de Atividades e Experiências da COP28](#)

Anexo J: Resultados de comunicação

Anexo K: Relatório semestral de atividades com monitoramento de salvaguardas